

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA – FACE

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MAURICIO OKABAYASHI

**SICREDI CENTRO-SUL MS: ELABORAÇÃO E ANÁLISE DA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NOS ANOS DE 2011 A
2013**

Dourados/MS

2014

MAURICIO OKABAYASHI

**SICREDI CENTRO-SUL MS: ELABORAÇÃO E ANÁLISE DA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NOS ANOS DE 2011 A
2013**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Cristiane Mallmann Huppes

Banca Examinadora:

Professor: Antônio Carlos Vaz Lopes

Professora: Glenda de Almeida Soprane

Dourados/MS

2014

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus, por me conceder todas as condições, pela saúde, paz de espírito, força, inspiração, e ter colocado pessoas maravilhosas no meu caminho, que sem dúvida, foram essenciais para chegar até aqui.

A Diretoria da Cooperativa Sicredi Centro-Sul MS em nome do Diretor Executivo Fabio José Wolski de Almeida pela confiança e pela oportunidade de realizar essa pesquisa e ao colaborador Neder Silva Nunes pelo auxílio na busca de informações.

A Professora Orientadora, Ma. Cristiane Mallmann Hupples, pela confiança e dedicação desde o início do curso e mais ainda nesse momento de orientação.

Aos Professores Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes e Ma. Glenda de Almeida Soprane, por terem aceitado fazer parte da banca de avaliação e pelas orientações.

A todos os professores do Curso de Ciências Contábeis da FACE – UFGD, pela dedicação, paciência, esforço nesses anos de convívio.

Aos colegas do Curso por ter convivido com vocês nesses cinco anos de muito estudo.

A colega Andréa, pela atenção, profissionalismo e pelos feedbacks que fizeram grande diferença na minha carreira profissional.

Por fim, minha família querida, meus pais, Minoru e Sonia, meus irmãos Fernando e Marcia e sobrinhos Victor e Cauã, mesmo com alguns quilômetros de distância, o carinho e o amor de vocês é muito presente. Aos meus sogros, Paulo e Lucia, por me acolherem como um filho e por toda a força para seguir em frente. Em especial a minha companheira, minha parceira e minha amada, Joice, pelas horas de estudos juntos, por assistir minhas apresentações durante a madrugada, pela compreensão, incentivo, pelo amor e pelo maior tesouro da nossa vida, nossa filha Lis Sayuri.

RESUMO

O cooperativismo de crédito vem apresentado um grande crescimento no Brasil, porém, ainda existe um grande espaço à expansão. Entre os países com maior expressão no cooperativismo de crédito, o Brasil se encontrava em 14º lugar no ano de 2011. Paralelo a esse cenário, existe uma demanda crescente da sociedade por informações sociais das entidades, entre elas, quais os benefícios que as entidades instaladas geram para a sociedade. Conforme os princípios cooperativistas, nas sociedades cooperativas, as riquezas geradas através das atividades, tendem a ficar na região onde estão inseridas, auxiliando no desenvolvimento local. Nesse sentido, essa pesquisa trata de um estudo de caso, quali-quantitativa, que busca por meio de informações contábeis, elaborar a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, de uma cooperativa de crédito, entre os anos de 2011 e 2013, para descobrir qual é o destino da riqueza gerada e a evolução da distribuição do valor adicionado nesses anos. Durante o desenvolvimento da pesquisa, não foi localizado um modelo de DVA oficial recomendado para cooperativas de crédito, assim, foi ajustado um modelo de DVA de acordo com a sugestão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pesquisas já realizadas. Após elaboração e análise da DVA, foi possível analisar a evolução do valor adicionado e a forma como foi distribuído, objetivo da pesquisa. A pesquisa revela que a distribuição do valor adicionado distribuído, em forma de remuneração ao capital próprio, que retorna aos associados em forma de juros ao capital próprio e distribuição das sobras, no período analisado, apresentou uma evolução de 110,66%. Na análise vertical, verificou-se que a remuneração ao capital próprio, apresentou a proporção em relação à distribuição total da riqueza gerada de 27,40% em 2011, 25,66% em 2012 e 27,59% no ano de 2013. A participação da distribuição da riqueza em forma de pagamento de salários, encargos e benefícios aos colaboradores apresentou a maior proporção, em 2011 foi de 40,36%, em 2012 passou para 42,53%, e em 2013 foi de 40,07% sobre toda riqueza distribuída.

Palavras-Chave: DVA. Cooperativas de Crédito. Riqueza gerada.

ABSTRACT

The credit cooperative has shown strong growth in Brazil, however, there is still great space for expansion. Among the countries with the highest expression in the credit cooperative, Brazil was 14th in 2011. Parallel to this scenario, there is a growing demand from society for social information of entities, among them, what benefits that the incorporated entities generate for society. As the cooperative principles in cooperative societies, the wealth generated by the activities tend to stay in the region where they are located, assisting in local development. Accordingly, this research is a case study of qualitative and quantitative, which seeks through accounting information, prepare a Statement of Value Added – SVA from a credit cooperative between the years 2011 and 2013, to find out which is the fate of the wealth generated and the evolution of the distribution of value added in those years. During the development of research, was not found a model of SVA officer recommended for credit cooperatives, thus, was set a model of SVA according to the suggestion of the Accounting Pronouncements Committee - CPC and previous studies already conducted. After preparation and analysis of the SVA, it was possible to analyze the evolution of value added and how it was distributed, objective of the research. The research reveals that the distribution of value added distributed in the form of equity compensation, which returns to members in the form of interest on equity and distribution of surplus during the period analyzed, showed an increase of 110.66%. In the vertical analysis, it was found that the remuneration to equity, presented the proportion in the total distribution of the wealth generated from 27.40% in 2011, 25.66% in 2012 and 27.59% in 2013. The participation in the distribution of wealth in the form of payroll, taxes and benefits to employees had the highest proportion in 2011 was 40.36% in 2012 increased to 42.53%, and in 2013 was 40.07% on all wealth distributed.

Key-words: SVA. Credit Cooperatives. Wealth generated.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Passos para elaboração da Pesquisa.....	39
Figura 2 – Análise Vertical – Geração de receitas da Sicredi Centro-Sul MS	42
Figura 3 – Análise Vertical – Proporção do valor adicionado total a distribuir sobre as receitas da Sicredi Centro-Sul MS	43
Figura 4 – Análise Vertical – Distribuição do valor adicionado da Sicredi Centro-Sul MS.....	44
Figura 5 – Análise Horizontal – Evolução das receitas da Sicredi Centro-Sul MS	45
Figura 6 – Análise Horizontal – Evolução da despesa com intermediação financeira da Sicredi Centro-Sul MS.....	46
Figura 7 – Análise Horizontal – Evolução dos insumos adquiridos de terceiros da Sicredi Centro-Sul MS	47
Figura 8 – Análise Horizontal – Evolução do valor adicionado total a distribuir da Sicredi Centro-Sul MS.....	47
Figura 9 – Análise Horizontal – Evolução da distribuição do valor adicionado com pessoal da Sicredi Centro-Sul MS	48
Figura 10 – Análise Horizontal – Evolução da distribuição do valor adicionado com impostos, taxas e contribuições da Sicredi Centro-Sul MS	49
Figura 11 – Análise Horizontal – Evolução da distribuição do valor adicionado com remuneração de capital de terceiros da Sicredi Centro-Sul MS	49
Figura 12 – Análise Horizontal – Evolução da distribuição do valor adicionado com remuneração de capitais próprios da Sicredi Centro-Sul MS	50
Figura 13– Análise Horizontal – Evolução da distribuição do valor adicionado com	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução histórica do Sistema Sicredi	28
Quadro 2 – Evolução histórica da Cooperativa de Crédito Sicredi Centro-Sul MS.....	32
Quadro 3 – Evidência Documentação - Pontos fortes e pontos fracos.....	34
Quadro 4 – Modelos de DVA pesquisados	35
Quadro 5 – Modelo de DVA adaptado.....	36
Quadro 6 – A origem e o destino das informações para construção da DVA.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de cooperados por ramo	23
Tabela2 – Número de empregados por ramo	24
Tabela 3 – Crescimento percentual no período de 1995 a 2011.....	25
Tabela 4 – Países com maior expressão no cooperativismo de crédito.....	26
Tabela 5 – Número de associados por Unidade de Atendimento.....	32
Tabela 6 – DVA Sicredi Centro-Sul MS.....	41
Tabela 7 – Distribuição do valor adicionado da Sicredi Centro-Sul MS	44
Tabela 8 – Análise horizontal das receitas da Sicredi Centro-Sul MS.....	45
Tabela 9 – Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado da Sicredi Centro-Sul MS	51

LISTA DE SIGLAS

AH.....	- Análise Horizontal
AV.....	- Análise Vertical
ACI.....	- Aliança Cooperativa Internacional
AGO.....	- Assembleia Geral Ordinária
BACEN..	- Banco Central do Brasil
BNDES..	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CMN.....	- Conselho Monetário Nacional
CPC.....	- Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CFC.....	- Conselho Federal de Contabilidade
COFINS	- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CVM.....	- Comissão de Valores Mobiliários
DMPL....	- Demonstração das mutações do patrimônio líquido
DRE.....	- Demonstração do Resultado do Exercício
DSP.....	- Demonstração das Sobras ou Perdas
DVA.....	- Demonstração do Valor Adicionado
FATES...	- Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
ICMS.....	- Imposto sobre Comércio, Mercadorias e Serviços
IPI.....	- Imposto sobre Produtos Industrializados
NBC T...	- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas
OCB.....	- Organização das Cooperativas Brasileiras
PIS.....	- Programa de Integração Social
SICREDI	- Sistema de Crédito Cooperativo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	12
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
1.3. JUSTIFICATIVA	13
2 REVISÃO TEÓRICA	15
2.1. RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS.....	15
2.1.1 BALANÇO SOCIAL.....	16
2.1.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA).....	18
2.1.2.1 Objetivo da DVA	19
2.2 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DE BALANÇOS.....	21
2.2.1 ANÁLISE VERTICAL	21
2.2.2 ANÁLISE HORIZONTAL	21
2.3 COOPERATIVISMO.....	22
2.3.1 COOPERATIVAS DE CRÉDITO	24
2.3.1.1 OS NÚMEROS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL.....	25
2.3.2 SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO – SICREDI	27
3 METODOLOGIA	29
3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	29
3.1.1 A PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	29
3.1.2 A PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS.....	30
3.1.3 A PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	31
3.2. OBJETO DE ESTUDO.....	31
3.2.1 COOPERATIVA DE CRÉDITO – SICREDI CENTRO-SUL MS	31
3.2.2 PROCEDIMENTO E COLETA DE DADOS	33
3.2.2.1 Procedimentos utilizados antes da elaboração da DVA.....	34
3.2.2.2 Procedimentos utilizados durante a elaboração da DVA.....	34
3.2.2.3 Figura da Pesquisa.....	39
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	40
4.1 DVA DA COOPERATIVA SICREDI CENTRO-SUL MS.....	40
4.1.1 DISCUSSÃO SOBRE A ANÁLISE VERTICAL	42
4.1.1.1 Análise Vertical da geração de receitas.....	42
4.1.1.2 Análise Vertical do valor adicionado total a distribuir.....	43
4.1.1.3 Análise Vertical da distribuição do valor adicionado	43
4.1.2 DISCUSSÃO SOBRE A ANÁLISE HORIZONTAL	45
4.1.2.1 Análise Horizontal das receitas	45
4.1.2.2 Análise Horizontal da despesa com intermediação financeira.....	46
4.1.2.3 Análise Horizontal dos insumos adquiridos de terceiros	46

4.1.2.4	Análise Horizontal do valor adicionado total a distribuir	47
4.1.2.5	Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado	48
4.1.2.5.1	Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado com pessoal.....	48
4.1.2.5.2	Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado com impostos, taxas e contribuições	48
4.1.2.5.3	Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado com remuneração ao capital de terceiros	49
4.1.2.5.3	Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado com remuneração de capitais próprios	50
4.1.2.5.3	Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado em sobras e lucros retidos	50
5	CONCLUSÃO	53
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
	APÊNDICE I - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA ACADÊMICO CIENTÍFICA	58
	ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – EMPRESAS EM GERAL.....	59
	ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS	60
	ANEXO III - MODELO DE DVA PARA SOCIEDADES COOPERATIVAS.....	61
	ANEXO IV - MODELO DE DVA ADAPTADO.....	62
	ANEXO V - DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS DA COOPERATIVA SICREDI CENTRO-SUL MS NO ANO DE 2011	63
	ANEXO VI - DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS DA COOPERATIVA SICREDI CENTRO-SUL MS NOS ANO DE 2012 E 2013	64
	ANEXO VII - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA COOPERATIVA SICREDI CENTRO-SUL MS NO ANO DE 2011.....	65
	ANEXO VIII - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA COOPERATIVA SICREDI CENTRO-SUL MS NO ANO DE 2012 E 2013	66
	ANEXO IX - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA COOPERATIVA SICREDI CENTRO-SUL MS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2013 E 2014	67

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o cooperativismo teve seu início em 1844 na Inglaterra, no período da Revolução Industrial. Para discutir o desemprego e salários baixos, 28 tecelões se reuniram para, em conjunto, viabilizar melhora nas condições de vida de seus sócios, através da Associação dos Probos Pioneiros de Rochdale. Nesse período, foram sistematizadas regras fundamentais e princípios para nortear o funcionamento das cooperativas, que passaram por revisões ao longo dos anos (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2008, p.4).

Os sete princípios que foram aprovados e são utilizados desde a época em que foi fundada a primeira cooperativa do mundo são: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade (OCB-a). Pode-se observar que o modelo de sistema cooperativista está ligado diretamente com a preocupação com pessoas, tanto os cooperados, quanto a comunidade onde está inserida, porém, as cooperativas necessitam transmitir esse diferencial com clareza para a sociedade.

Em relação ao Cooperativismo do ramo de crédito, Meinen e Port (2012) apresentam o grande crescimento no Brasil ano a ano e destacam também, que ainda existe um grande potencial de crescimento. Os autores escrevem que no período de 1995 a 2011, a participação de mercado das cooperativas de crédito no volume de ativos do Sistema Financeiro Nacional, apresentou um crescimento de 9.728%, enquanto que o Sistema Financeiro Nacional cresceu 758%. A representação dos recursos dentro do Sistema Financeiro Nacional passou de 0,20% no ano de 1995 para 2,25% em 2011. Mesmo com esse crescimento, entre os países com maior expressão no cooperativismo de crédito, o Brasil se encontrava em 14º lugar.

De tal modo, é crescente a demanda da sociedade por informações das ações sociais das entidades. As entidades, cooperativas ou não, que conseguem, além de oferecer melhores produtos e serviços, realizar o trabalho social e que seja de conhecimento da sociedade, tendem a ter maior sucesso e sustentabilidade.

Gray; Kouhy; Lavers (1995 apud Machado; Machado; Santos, 2009, p. 2) explicam que:

muitos estudos têm sido desenvolvidos no intuito de analisar as práticas das empresas, no que diz respeito às questões relacionadas à responsabilidade social corporativa, especialmente, quanto à evidenciação de informações sociais e ambientais. Tal fato justifica-se, também, pelo aumento do volume da evidenciação social e ambiental por parte das empresas.

Luca (1998) explica que cada vez mais, a sociedade vem exigindo respostas sobre os problemas socioeconômicos, decorrentes do desempenho das empresas, tendo em vista que as

mesmas são componentes da sociedade. Assim, as empresas consomem diversos recursos da sociedade, sejam naturais, de capitais financeiros, tecnológicos, de trabalho, entre outros, e no mínimo, devem prestar conta da eficiência que utiliza os recursos (MARTINS 1997, p. 3 *apud* SANTOS, 2007).

1.1 Definição da Problemática

A elaboração e divulgação das demonstrações para as cooperativas do ramo de crédito, seguem orientações das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades cooperativas, em conformidade com as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – BACEN, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Ao final de cada exercício, referente à data-base de 31 de dezembro, as cooperativas de crédito singulares devem publicar as demonstrações financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do 2º Semestre e Demonstração do Resultado do Exercício (BACEN-a). Dessa forma, não é exigida a divulgação, pelas cooperativas de crédito singulares, da Demonstração do Valor Adicionado – DVA. Com isso, percebe-se a importância de evidenciar como está sendo distribuída, não apenas as sobras, mas toda a riqueza gerada pela Cooperativa e sua distribuição, entre os agentes econômicos.

Diante do contexto apresentado, este estudo pergunta: **Qual a distribuição do Valor Adicionado gerado pela Cooperativa de Crédito Sicredi Centro-Sul MS nos anos de 2011 a 2013?**

1.2 Objetivos

Sobre os objetivos da pesquisa, Fachin (2002 *apud* RAUPP e BEUREN, 2010, p.65) comenta que “representam o fim que o trabalho monográfico se propõe a atingir, que é dar uma resposta ao problema formulado”. Richardson et al (2007, p.62) explicam que os objetivos gerais “definem, de modo geral, o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa”. Já em relação aos objetivos específicos, Richardson et al (2007, p.63) complementam que “definem etapas que devem ser cumpridas para alcançar o objetivo geral”.

1.2.1 Objetivo Geral

O Objetivo desta pesquisa é: elaborar e analisar uma Demonstração do Valor Adicionado - DVA, da Cooperativa de Crédito Sicredi Centro-Sul MS nos anos de 2011 a 2013.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Estudar os aspectos legais para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado para uma cooperativa de crédito;
- Expor os conceitos e histórico que norteia o cooperativismo, mais especificamente, o Cooperativismo de Crédito no Brasil; e
- Realizar análise vertical e análise vertical da distribuição do valor adicionado gerado pela Cooperativa de Crédito Sicredi Centro-Sul MS nos anos de 2011 a 2013.

1.3. Justificativa

Na seção de justificativa, Beuren et al (2010) explicam que é realizado a explanação de forma resumida, mas completa, sobre a importância da pesquisa. Richardson et al. (2007, p.55) comentam que “nessa parte inicial do projeto, explicitam-se os motivos de ordem teórica e prática que justificam a pesquisa”.

É crescente demanda da sociedade por informações quanto à responsabilidade social das empresas na comunidade onde estão inseridas. Luca (1998, p. 17) comenta que “a sociedade vem, cada vez mais, exigindo respostas aos problemas socioeconômicos decorrentes do desempenho das empresas”. Nesse sentido, as sociedades cooperativas são formadas em benefício dos associados e não visam lucro (FUHRER, 1998 apud SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2008, p.20). Além disso, tem por objetivo “satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns e aspirações através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida” (ACI-a).

É possível perceber, que nas sociedades cooperativas, as riquezas geradas através das atividades tendem a ficar na região onde estão inseridas, auxiliando no desenvolvimento local. Santos (2007) ressalta que a Demonstração do Valor Adicionado é a principal forma de medir e demonstrar a capacidade de geração e distribuição da riqueza da entidade. Sobre a importância da elaboração da DVA pelas empresas, MARION (2007, p. 69) ressalta que “essa informação é tão importante que, além de sua utilização pelos países europeus, alguns países emergentes só aceitam a instalação e a manutenção de uma empresa transnacional se ela demonstrar qual será seu valor adicionado que irá produzir”. Dessa forma, esse trabalho se faz

necessário para demonstrar e analisar como está sendo distribuída a riqueza gerada por uma cooperativa de crédito.

Dentre pesquisas desenvolvidas nessa área por Denegate (2009), foi possível analisar a evolução da riqueza distribuída entre os agentes econômicos e ainda, foram geradas informações úteis a diversos usuários, inclusive à gerência. Verificou-se na análise vertical que a maior fatia do valor adicionado foi aos sócios e as reservas estatutárias e legais chegando a uma média de 48,65%, e ainda, outra grande parte da riqueza gerada pela cooperativa foi distribuído através de salários, honorários e outros, chegando a 49,61% do valor adicionado no ano de 2008, assim, foi relatado que este valor ajudaria a agregar riquezas a outras entidades, contribuindo para o crescimento da comunidade onde a cooperativa está inserida. Já Fagundes et al (2008), relata que através da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, foi possível observar a riqueza gerada, e a forma de distribuição entre funcionários, governos e associados.

2 REVISÃO TEÓRICA

O capítulo da revisão teórica, em um trabalho monográfico, conforme Beuren et al (2010, p.70) “é de fundamental importância para fazer a análise e interpretação dos dados coletados, principalmente a interpretação, uma vez que ela busca relacionar os dados empíricos com a leitura”. Triviños (1987 apud BEUREN, 2010, p. 55) complementa que a através da leitura do material bibliográfico, é possível identificar o que já foi pesquisado, métodos e procedimentos utilizados, as dificuldades encontradas por outros pesquisadores e ainda, as possibilidades do que pode ser pesquisado.

2.1. Responsabilidade Social das Empresas

A responsabilidade social está cada vez mais presente na vida das empresas brasileiras, sendo que para estar de acordo com a Lei, no caso das grandes empresas, ou, para manterem-se no mercado, cada vez mais os clientes se interessam pelas questões sociais que as empresas adotam. Segundo Ashley (2002), o aumento da complexidade dos negócios, decorrentes do processo de globalização e inovações tecnológicas e a rapidez na velocidade da informação, exigem do empresariado nacional uma nova maneira de realizar suas transações.

Segundo Luca (1998, p. 17):

O conceito de responsabilidade social é muito discutido. Sabe-se que a empresa, além de um agente econômico com a missão de produzir riqueza, é também um agente social e, como um dos componentes da sociedade, deve prestar contas aos demais. A sociedade vem, cada vez mais, exigindo respostas aos problemas socioeconômicos decorrentes do desempenho das empresas.

A importância da responsabilidade social da empresa é destacada na reflexão de Martins (1997, p. 3 apud SANTOS, 2007, p. 24):

Esta consome recursos naturais, renováveis ou não, direta ou indiretamente, que são enorme patrimônio gratuito da humanidade; utiliza capitais financeiros e tecnológicos que, no fim da cadeia, pertencem a pessoas físicas e, conseqüentemente, à sociedade; também utiliza capacidade de trabalho da sociedade, finalmente, subsiste em função da organização do Estado que a sociedade lhe viabiliza como parte das condições de sobrevivência. Assim, a empresa gira em função da sociedade e do que a ela pertence, devendo, em troca no mínimo prestar-lhe contas da eficiência com que usa todos esses recursos.

O compromisso social das empresas está muito maior hoje, pois as empresas estão se tornando peças fundamentais para o desenvolvimento econômico e social no ambiente onde está inserida, isso mostra a grande dimensão da sua responsabilidade social. Mendes (1997 apud DE LUCA, 1997, p. 19) comenta que:

o que acontece é que as empresas “tem cometido dois grandes pecados: esquecem-se de mostrar a imensa contribuição que emprestam à sociedade e não percebem, ainda,

que seus lucros crescerão céleres se fizerem um esforço maior nesse sentido”. E, complementa: “...Dar publicidade àquilo que a empresa faz em benefício do social, poderá significar, para ela, a oportunidade de obter do mercado uma grande recompensa

Mendes (1997 apud LUCA, 1997), complementa que a forma mais adequada de evidenciar os resultados da empresa na área socioeconômica é o Balanço Social, pois através dele, é possível avaliar e informar os fatos sociais ocorridos internamente, entre empregados e empresa, e também externamente, entre a sociedade e a empresa.

2.1.1 Balanço Social

Segundo SANTOS (2007), o Balanço Social teve início na década de 60 em países da Europa principalmente, Alemanha, França e Inglaterra, com a necessidade de prestar informações aos empregados e à sociedade de forma geral. A Contabilidade tradicional, no decorrer no tempo, esteve voltada para o proprietário, aos credores, governo e investidores, os movimentos sociais passaram a exigir e a cobrar mais responsabilidade das empresas que interagem com a sociedade. Assim, o Congresso francês aprovou a Lei nº 77.769, de 12 de julho de 1977, obrigando todas as empresas e estabelecimentos com mais de 299 empregados a prepararem e divulgarem um documento chamado Balanço Social.

Para Tinoco (1984, p. 45 apud CUNHA et al, 2005, p. 2):

O Balanço Social tem por ambição descrever uma certa realidade econômica e social de uma entidade, através do qual é suscetível de avaliação.

Em decorrência dele as relações entre o fator capital e o fator trabalho podem ser melhor regulados e harmonizados, na medida em que as forças sociais avancem e tomem posição, especialmente nos países de Terceiro Mundo, entre eles o Brasil, onde se observa a ocorrência de um capitalismo selvagem.

Nos países onde o capitalismo está mais desenvolvido várias empresas já vêm consagrando o balanço social como instrumento de gestão e de informação. Essas empresas divulgam normalmente informação econômica e social a seus trabalhadores, pois sua estrutura não é posta em causa, sendo o lucro aceito como uma vocação normal da empresa, permitindo que a relação entre dirigentes e assalariados torne-se consensual e não conflituosa.

Já o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES (2000, p. 6), conceitua Balanço Social:

Balanço Social é o nome dado à publicação de um conjunto de informações e de indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas empresas no cumprimento de sua função social junto aos seus funcionários, ao governo e às comunidades com que interagem, direta e indiretamente.

Desta forma, o Balanço Social é um instrumento de demonstração das atividades das empresas, que tem por finalidade conferir maior transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos sócios e acionistas das companhias (shareholders), mas também a um número maior de atores: empregados, fornecedores, investidores, parceiros, consumidores e comunidade (stakeholders).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou através da resolução 1.003/04 a Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas, NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental (2004, p. 3), que “estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade”. Ainda, segundo a NBC T 15 (2004, p. 3), entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

A geração e a distribuição de riqueza segundo a NBC T 15 (2004, p. 3), “deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3”. Os recursos humanos segundo a NBC T 15 (2004, p. 4) “devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade”. As informações referentes à interação da entidade com o ambiente externo, segundo a NBC T 15 (2004, p. 6) “devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação”. Por fim, nas informações sobre interação com o meio ambiente, segundo a NBC T 15 (2004, p. 7), devem ser evidenciadas:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

Dentre as quatro vertentes das informações de natureza social e ambiental, o presente trabalho buscará um aprofundamento maior na geração e a distribuição de riqueza da entidade, que segundo a própria NBC T 15 (2004, p. 3), deve ser apresentada através da DVA.

2.1.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado o Valor Adicionado representa:

a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

Através da DVA, é possível mensurar qual a capacidade de que a empresa possui de gerar riquezas. Santos (2007) ressalta que a Demonstração do Valor Adicionado é um importante item do balanço social, sendo a principal forma de medir e demonstrar a capacidade de geração e distribuição da riqueza da entidade. Nesse sentido, a DVA evidencia para quais elementos (governo, empregados, acionistas, etc) a riqueza gerada foi distribuída. De Luca (1998, p. 28) explica que a DVA “é um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração”. A DVA passou a ser obrigatória no Brasil para as companhias abertas a partir de 2007, segundo Iudícibus et al.(2010), através da Lei nº 11.638/07, que trouxe alterações a Lei 6.404/76.

Ao comparar com a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a informação sobre a distribuição da riqueza gerada pela entidade, a DVA é mais abrangente, Santos (2007) ressalta que enquanto a DRE está mais voltada para a apuração do resultado da empresa, a DVA além de trazer essa informação, evidencia como a riqueza foi distribuída. Cunha (2002, p. 44), ressalta que:

A Demonstração do Valor Adicionado representa um novo rumo em comparação com as Demonstrações Contábeis tradicionais, pois enquanto estas têm como foco principal de preocupação a evidenciação das informações sobre o lucro e sua forma de apuração, para os investidores, aquela mostra, além do lucro dos investidores, a quem pertence a outra parte da riqueza gerada pela empresa, refletindo, ainda, uma preocupação empresarial que é nova, e baseada na responsabilidade social, a remuneração dos fatores de produção que ajudaram a formar a riqueza da organização.

Sobre a legislação que orienta quanto a elaboração e apresentação da DVA, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 para orientar quanto a elaboração e divulgação da DVA. Com a Resolução CFC Nº. 1.138/08, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.1.2.1 Objetivo da DVA

O CPC 09 (2008, p.2) ressalta que a DVA “tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período”. Luca (1998, p. 32) ressalta que: "a Demonstração do Valor Adicionado surgiu para atender às necessidades de informações dos usuários sobre o valor da riqueza criada pela empresa e sua utilização".

Segundo Iudícibus et al. (2010, p. 583), a DVA tem por objetivo:

demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a sua criação. Desse modo, a DVA acaba por prestar informações a todos os agentes econômicos interessados na empresa, tais como empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo.

O CPC 09 (2008, p.4) cita como uma das características da DVA:

Para os investidores e outros usuários, essa demonstração proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida. A decisão de recebimento por uma comunidade (Município, Estado e a própria Federação) de investimento pode ter nessa demonstração um instrumento de extrema utilidade e com informações que, por exemplo, a demonstração de resultados por si só não é capaz de oferecer.

Iudícibus et al. (2010, p. 584), afirma que as informações disponibilizadas nessa demonstração são importantes para:

- analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas de cada empresa;
- permitir a análise do desempenho econômico da empresa;
- auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais;
- fornecer informações sobre os benefícios (remunerações) obtido por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas ou credores) e governo;
- auxiliar a empresa a informar sua contribuição na formação da riqueza à região, Estado, país etc. em que se encontra instalada.

Além de prestar informações importantes para a entidade, a DVA evidencia informações relevantes a todos os agentes econômicos interessados na empresa, a Demonstração do Resultado do Exercício presta informação apenas sobre o lucro que permanecerá na empresa, e ainda, outras demonstrações contábeis não são suficientes para indicar o valor adicionado que a entidade está gerando e também a forma de como estão sendo distribuídos (DALMÁCIO; RANGEL; NOSSA, 2003).

2.1.2.2 Elaboração da DVA

Para elaboração da DVA é necessário atentar para que esteja de acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC 00 intitulado Estrutura Conceitual Básica para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, seguindo todas as orientações

quanto à estrutura para a preparação e a apresentação das demonstrações contábeis, conforme CPC 09 (2008, p.2):

Sua elaboração deve levar em conta o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC intitulado Estrutura Conceitual Básica para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, e seus dados, em sua grande maioria, são obtidos principalmente a partir da Demonstração do Resultado.

Iudicibus et al (2010), apresentam os elementos que compõem a DVA. A descrição é iniciada pelas receitas, que podem ser relativas à venda de mercadoria ou prestação de serviços. O que define qual tipo de receita é o tipo de atividade principal da empresa. Nas receitas, devem ser inclusos valores relativos aos impostos (ICMS, IPI, PIS e COFINS) incidentes sobre essas receitas, ou seja, o valor bruto.

Outra informação é referente aos insumos adquirido de terceiros, Iudícibus et al. (2010) comentam que nesse item, apenas serão considerados insumos, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros quando vendidos, e diferentemente do tratamento utilizado na DRE, serão considerados os tributos incidentes no momento da compra, sendo ou não recuperáveis. Assim, o valor adicionado bruto será a diferença entre a receita e os insumos adquiridos de terceiros.

Para se chegar ao valor adicionado total a distribuir, Iudícibus et al. (2010) comentam que é necessário após apurar o valor adicionado bruto, deduzir as despesas de depreciação, amortização e exaustão contabilizadas no período e adicionar o valor adicionado recebido em transferência, correspondente a riqueza gerada por outras empresas. Assim, a apuração do valor adicionado total a distribuir, será o somatório da riqueza gerada pela empresa e o valor da riqueza gerada por outras empresas e recebida em transferência.

Nesse momento, inicia-se a contabilização da distribuição do valor adicionado entre a empresa e todos os agentes econômicos. O CPC 09 (2008, p.6) destaca que nesse momento “a segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída.”. Ainda, o CPC 09 (2008), comenta que os principais itens que compõem essa distribuição são entre pessoal; impostos, taxas e contribuições; e remuneração de capitais de terceiros; remuneração de capitais próprios.

2.1.2.3 Principais modelos de DVA

O CPC 09 (2008) apresenta três modelos de DVA, sendo para, empresas em geral, instituições financeiras bancárias e seguradoras. O modelo apresentado para empresas em geral, deve ser utilizado pelas entidades mercantis (comerciais e industriais) e prestadoras de

serviços CPC 09 (2008). O modelo está disponível no Anexo I desse trabalho. As instituições que realizam atividades de intermediação financeira devem utilizar o modelo para as instituições financeiras bancárias CPC 09 (2008). Esse modelo foi utilizado como referência para construção desse trabalho e está disponível no Anexo II.

Santos, Gouveia, Vieira (2008) sugerem um modelo específico de DVA para as cooperativas, tendo em vista as características específicas do sistema cooperativo. O modelo está disponível no Anexo III desse trabalho. Além desses modelos apresentados, Denegate (2009), adaptou um modelo de DVA para um estudo de caso de uma cooperativa de crédito. O modelo está disponível no Anexo IV desse trabalho.

2.2 Análise Vertical e Horizontal de Balanços

Após a elaboração, será realizada a análise horizontal e análise vertical da DVA, assim, se faz necessário a explanação sobre os respectivos conceitos e objetivos. Dessa forma, RIBEIRO (2009, p.7) conceitua análise de balanços como “uma técnica contábil que consiste no exame e na interpretação dos dados contidos nas demonstrações contábeis, com o fim de transformar esses dados em informações úteis aos diversos usuários da Contabilidade”. Sobre a finalidade da análise de balanços, Ribeiro (2009) complementa que é de fornecer informações úteis para tomada de decisão, através da transformação dos dados obtidos nas demonstrações contábeis.

2.2.1 Análise Vertical

Segundo Matarazzo (2008 p. 249), o objetivo da Análise Vertical é:

Mostrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções normais.

Ribeiro (2009), explica que a análise vertical “é aquela por meio da qual se compara cada um dos elementos do conjunto em relação ao total do conjunto. Ela evidencia a porcentagem da Participação de cada elemento no conjunto”.

2.2.2 Análise Horizontal

Sobre a análise horizontal de balanços, Matarazzo (2008 p. 245), explica que:

baseia-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série.

A finalidade da análise horizontal, segundo Ribeiro (2009), é de evidenciar a evolução das contas ao longo dos anos, dessa forma, também se torna possível, comparar a evolução de uma conta com as demais contas da demonstração contábil. Marion (2007), complementa que através da análise horizontal, é possível analisar tendência dos índices.

2.3 Cooperativismo

Historicamente o cooperativismo iniciou-se na Europa, mais precisamente na Inglaterra, conforme Cardoso (2009, p.12):

O cooperativismo teve origem na organização dos trabalhadores na Inglaterra, no período da Revolução Industrial. Em 21 de dezembro de 1844, em Rochdale, bairro da cidade de Manchester, 28 tecelões, diante do desemprego e dos baixos salários, se reuniram para, coletivamente, comprarem produtos de primeira necessidade. Assim, criaram a Associação dos Probos Pioneiros de Rochdale, mais tarde transformada em Cooperativa de Rochdale, formada pelo aporte de capital dos trabalhadores, cuja função inicial era conseguir capital para aumentar o poder da compra coletiva. Esses tecelões de Rochdale sistematizaram as regras fundamentais a respeito do funcionamento de cooperativas. Enquanto eles se dedicavam às cooperativas de consumo, o movimento se espalhava pela Europa, principalmente no ramo “crédito”.

A Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB é o órgão máximo que representa as cooperativas no Brasil, e define o cooperativismo como sendo:

Cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. Associado a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade (OCB-b).

Meinen e Port (2012, p. 29) citam a definição de Cooperativa com base na entidade maior de movimento cooperativo, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) como sendo: “uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada”.

As cooperativas, segundo Fuhrer (1998 apud Santos; Gouveia; Vieira, 2008, p. 20) são: “sociedades de pessoas, sem objetivo de lucro, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas em benefícios dos associados, tendo por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade.”.

Sobre os objetivos das cooperativas, o art. 5º da Lei Complementar 130/209 ressalta que podem adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, porém é

obrigado o uso da expressão “cooperativa” na sua denominação e além disso, não é permitido o uso da expressão “Banco”:

Art. 5º As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.
Parágrafo único. É vedado às cooperativas o uso da expressão "Banco".

O sistema cooperativista é regido por sete princípios, que foram aprovados e utilizados desde a época em que foi fundada a primeira cooperativa do mundo, na Inglaterra, em 1844, são: Adesão voluntária e livre; Gestão democrática; Participação econômica dos membros; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercooperação e Interesse pela comunidade (OCB-c).

Sobre os números do cooperativismo no Brasil, existem cooperativas em 13 setores da economia, dentre eles: Agropecuário, Transporte, Crédito, Trabalho, Saúde, Educacional, Produção, Habitacional, Infraestrutura, Consumo, Mineral, Turismo e Lazer, Especial (OCB-d). Na Tabela 1 é possível analisar a evolução do número de cooperados por ramo de atuação entre os anos de 2010 e 2011:

Tabela 1 – Número de cooperados por ramo

RAMOS	Nº de Cooperados		VARIACÃO
	2011	2010	
Crédito	4.673.174	4.019.528	16%
Consumo	2.710.423	2.297.218	18%
Agropecuário	969.541	943.054	3%
Infraestrutura	829.331	778.813	6%
Saúde	271.004	246.265	10%
Trabalho	188.644	217.127	-13%
Transporte	143.458	321.893	-55%
Habitacional	99.474	101.071	-2%
Mineral	58.891	20.792	183%
Educacional	51.534	57.547	-10%
Produção	11.500	11.454	0%
Turismo e Lazer	1.468	1.368	7%
Especial	393	397	-1%
TOTAL	10.008.835	9.016.527	11%

Fonte: OCB-e - Relatório da gerência de monitoramento (2012, p. 9)

Conforme Tabela 1, no ano de 2011, existiam mais de 10 milhões de pessoas cooperadas, sendo 4,6 milhões de pessoas cooperados no ramo de crédito, e ao comparar com o ano de 2010, apresentou uma evolução de 16% no número de cooperados.

Tabela2 – Número de empregados por ramo

RAMOS	Nº de Empregados		VARIACÃO
	2011	2010	
Agropecuário	155.896	146.011	7%
Saúde	67.156	56.776	18%
Crédito	33.988	29.130	17%
Consumo	10.968	9.892	11%
Transporte	9.712	10.787	-10%
Infraestrutura	6.334	5.775	10%
Educacional	3.694	3.349	10%
Produção	3.605	3.669	-2%
Trabalho	2.738	3.879	-29%
Habitacional	1.829	1.676	9%
Turismo e Lazer	193	32	503%
Mineral	161	144	12%
Especial	12	14	-14%
TOTAL	296.286	271.134	9%

Fonte: OCB-e - Relatório da gerência de monitoramento (2012, p.10)

Conforme Tabela 2, no ano de 2011, as cooperativas empregavam 296 mil pessoas, sendo que o ramo de crédito empregava 33,9 mil pessoas. No ramo crédito, houve uma evolução de 17% no número de empregados ao comparar com o ano de 2010.

2.3.1 Cooperativas de crédito

Dentre os 13 setores de atuação das cooperativas, existem as cooperativas do ramo crédito, que será enfatizada nesse estudo. Segundo o art. 2º da Lei Complementar 130/09:

Art. 2º As cooperativas de crédito destinam-se, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros a seus associados, sendo-lhes assegurado o acesso aos instrumentos do mercado financeiro.

O Banco Central do Brasil define cooperativas de crédito e apresenta as formas jurídicas, que são:

A cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços a seus associados (BACEN-b, p. 1).

Quanto ao objetivo de constituição de uma cooperativa de crédito, o BACEN assim apresenta:

O objetivo da constituição de uma cooperativa de crédito é prestar serviços financeiros de modo mais simples e vantajoso aos seus associados, possibilitando o acesso ao crédito e outros produtos financeiros (aplicações, investimentos, empréstimos, financiamentos, recebimento de contas, seguros, etc.) (BACEN-b, p. 1).

As cooperativas de crédito foram “criadas para oferecer soluções financeiras aos seus associados, constituindo-se num instrumento destes para acesso a produtos e serviços adaptados às suas necessidades e condições financeiras” (SICREDI-a, p. 1). Meinen e Port (2012) comentam que os cooperados podem ter em suas cooperativas de crédito todos os serviços financeiros que teriam como clientes em instituições financeiras tradicionais.

Conforme Meinen e Port (2012) o cooperativismo de crédito teve sua origem na Europa no ano de 1852, na cidade alemã de Delitzsch, onde foi criada a primeira cooperativa de crédito urbana, tendo Franz Herman Schulze como seu precursor. Anos depois, em 1864, surge a primeira cooperativa de crédito rural, também na Alemanha, na cidade de Heddesdorf, tendo como precursor Friedrich Wilhelm Raiffeisen e em 1865, surgem na Itália as cooperativas de crédito conhecidas como Luzzatti.

No Brasil, as cooperativas de crédito surgiram no Rio Grande do Sul, tendo por precursor o padre suíço Theodor Amstadt, no ano de 1902 (OCB-f). Meinen e Port (2012) complementam que a data de fundação foi 28 de dezembro de 1902, em Linha Imperial, distrito do município de Nova Petrópolis/RS e além de ser a primeira cooperativa de crédito do Brasil, é considerada a primeira da América Latina, conhecida como a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad (Spakasse Amstad, em homenagem ao seu incentivador), onde hoje é localizada a Sicredi Pioneira RS, uma das maiores cooperativas de crédito do Brasil.

2.3.1.1 Os números das cooperativas de crédito no Brasil

No período de 1995 a 2011, Meinen e Port (2012) comentam que a participação de mercado das cooperativas de crédito no volume de ativos do Sistema Financeiro Nacional apresentou um crescimento de 9.728%, passando de 0,20% para 2,25%, enquanto que o Sistema Financeiro Nacional cresceu 758%, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Crescimento percentual no período de 1995 a 2011

ANO	Ativos Totais do SFN	Crescimento %	Ativos totais das Cooperativas	Crescimento %
1995	598.379147.000		1.174.940.000	
2000	962.677.185.000	61%	7.276.540.000	519%
2001	1.086.000.073.000	13%	10.047.733.000	38%
2002	1.252.028.412.000	15%	14.364.263.000	43%
2003	1.331.541.097.000	6%	18.583.776.000	29%
2004	1.450.625.745.000	9%	22.454.895.000	21%
2005	1.674.624.008.000	15%	28.769.976.000	28%
2006	1.997.735.742.000	19%	38.336.713.000	33%

Continua.

Continuação.

ANO	Ativos Totais do SFN	Crescimento %	Ativos totais das Cooperativas	Crescimento %
2007	2.559.107.944.000	28%	48.653.880.000	27%
2008	3.295.992.427.000	29%	56.850.460.000	17%
2009	3.610.296.275.000	10%	68.674.216.000	21%
2010	4.385.828.730.000	21%	92.052.086.000	34%
2011	5.135.488.660.000	17%	115.476.661.000	25%
Crescimento no período		758%		9.728%

Fonte: Meinen e Port (2012, p.121)

Mesmo com esse grande crescimento, ainda existe um grande espaço para crescimento no Brasil, ao comparar com outros países com maior expressão no cooperativismo de crédito, o Brasil se encontra em 14º lugar, conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Países com maior expressão no cooperativismo de crédito

Ranking	País	Instituições Cooperativas	Pontos de Atendimento	Associados	Clientes	Ativos	(US\$) Empréstimos	(US\$) Base
1º	França	4.671	25.498	21,9 milhões	119 milhões	4,9 trilhões	2,3 trilhões	2011
2º	Japão	470	18.436	13 milhões	47 milhões	1,43 trilhão	349 bilhões	2011
3º	Alemanha	1.104	14.403	17 milhões	30 milhões	1,37 trilhão	1,2 trilhões	2011
4º	China	2.880		200 milhões		1,03 trilhão	230 bilhões	2009
5º	Holanda	139	872	1,9 milhão	10 milhões	986 bilhões	604 bilhões	2011
6º	EUA	7.740	21.429	93,1 milhões	18,8 milhões	974 bilhões	579 bilhões	2011
7º	Itália	498	13.915	2,4 milhões	5,1 milhões	876 bilhões	619 bilhões	2011
8º	Áustria	591	2.731	2,3 milhões	10,5 milhões	546 bilhões	277 bilhões	2011
9º	Canadá	785	3.398	10,8 milhões	3,6 milhões	332 bilhões	244 bilhões	2011
10º	Espanha	74	4.928	2,4 milhões	4,2 milhões	166 bilhões	123 bilhões	2011
11º	Suíça	328	1.098	1,7 milhão		166 bilhões	147 bilhões	2011
12º	Finlândia	209	535	1,3 milhão		121 bilhões	79 bilhões	2011
13º	Austrália	106		4,5 milhões		84 bilhões	69 bilhões	2011
14º	Brasil	1.273	4.825	5,8 milhões		68 bilhões	29 bilhões	2011
15º	Índia	1.645		20 milhões		52 bilhões	30 bilhões	2011
16º	Coreia	954	1.762	5,9 milhões		43 bilhões	27 bilhões	2011
17º	Tailândia	2.064	13.098	3,5 milhões	14,6 milhões	37 bilhões	27 bilhões	2011
18º	Inglaterra	1	90	3,5 milhões	2,3 milhões	24 bilhões	16 bilhões	2009
19º	Irlanda	494		3 milhões		17 bilhões	7 bilhões	2011
	Total	64.488	127.643	429 milhões	266 milhões	13,2 trilhões	7,1 trilhões	

Fonte: Meinen e Port (2012, p.65)

Na Tabela 4, é possível notar que as cooperativas de crédito brasileiras mesmo estando em 14º lugar, com US\$68 bilhões de ativos, ainda existe uma grande distância da Finlândia, 12º colocada, com US\$121 bilhões. E ainda em relação aos três primeiros países, existe um grande espaço de crescimento.

2.3.2 Sistema de crédito cooperativo – SICREDI

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa, formada por cooperativas de crédito, que atuam em dez estados brasileiros de forma integrada, onde proporciona ganhos de escala, fortalecimento da marca e maior competitividade (SICREDI-d).

Conforme descrição da própria instituição, o sistema Sicredi tem origem no setor primário e passou a atuar nos centros urbanos através das cooperativas de livre admissão e também através das cooperativas de crédito segmentadas:

Com origem essencialmente no setor primário, o Sicredi atua nos centros urbanos, por intermédio das cooperativas de livre admissão e/ou por meio de cooperativas de crédito segmentadas, que são aquelas ligadas a categorias profissionais ou segmentos econômicos específicos. Com o fortalecimento institucional do Sicredi e de outras instituições de mesma natureza, foi crescendo a abrangência de atuação do cooperativismo de crédito, com a significativa ampliação do volume de recursos administrados, o aumento do contingente de associados e a disponibilização de uma maior gama de produtos e serviços (SICREDI-d, p. 1)

No Quadro 1 é possível visualizar a evolução do sistema Sicredi, desde a criação da primeira cooperativa de crédito brasileira, em 1902 no município de Nova Petrópolis – Rio Grande do sul:

HISTÓRICO	
1902	Em 28 dez. de 1902 foi constituída a primeira cooperativa de crédito brasileira, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis - Rio Grande do Sul, atual Sicredi Pioneira RS.
1925	Em set. de 1925 ocorreu a criação da primeira Central de Caixas Rurais denominada União Popular do Rio Grande do Sul, que reuniu 66 cooperativas até 1964. Em 1967, esta central foi transformada na Cooperativa de Crédito Sul Rio-Grandense, atual Sicredi Metrópolis RS.
1964	Sob a denominação de Caixas Populares Raiffeisen, existiam 66 cooperativas de crédito com papel expressivo no Sistema Financeiro do Rio Grande do Sul.
1964	Neste mesmo ano, ocorreu a reformulação do Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 4.595/64), que impôs restrições normativas ao funcionamento das cooperativas de crédito brasileiras.
1964 a 1980	Com a aprovação da reforma bancária - Lei 4595/64 - e a institucionalização do crédito rural - Lei 4829/65, as restrições normativas e a perda de competitividade fazem desaparecer mais de 50 cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul.
1980	Em 27 out. de 1980 foi constituída a Cooperativa Central de Crédito do RS - Cocecrer/RS fruto da união de nove cooperativas de crédito remanescentes do sistema Raiffeisen no RS.
1981	A partir do 2º semestre, são constituídas as três primeiras coop. de crédito rural do Paraná. As primeiras operações são realizadas pela Coop. de Crédito Agropecuária do Oeste Ltda, atual Sicredi Oeste PR.
1985	Em jan., as 10 cooperativas de crédito singulares em atividade no Paraná constituem a Cooperativa Central de Crédito Rural do Paraná - Cocecrer/PR, atual Central Sicredi Paraná.
1987	Em nov. e dez., mais sete cooperativas de crédito e cinco cooperativas agropecuárias de 2º grau filiam-se à Cocecrer/PR.
1989	Em jul. foram criadas 10 cooperativas de crédito em Mato Grosso do Sul, sendo elas nos municípios de: Dourados (Credidourada), Maracaju (Credimara), Ponta Porã (Credipan), Naviraí (Credinav), Rio Brillhante (Credirio), Caarapó (Credirural), Itaporã (Credita), Sidrolândia (Credilândia), Fátima do Sul (Credivale) e Bonito (Credibon); No dia 10 nov. do mesmo ano foi criada a Cooperativa Central de Crédito Rural do Mato Grosso do Sul - Cocecrer/MS, atual Central Sicredi Brasil Central.

Continua.

Continuação.

HISTÓRICO	
1992	Em 10 jul., por decisão de todas as cooperativas, a Cocecrer/RS e suas filiadas passam a adotar a marca Sicredi, unificando a identidade de todas as cooperativas do Sistema em representação ao Sistema de Crédito Cooperativo.
1995	Em 16 out., autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 2.193/95) as cooperativas filiadas à Central Sicredi RS constituem o Banco Cooperativo Sicredi S.A, primeiro banco cooperativo privado brasileiro; Integração da Cocecrer-PR ao Sicredi, atual Central Sicredi PR.
1996	Em 03 jun. iniciam-se as operações do Banco Cooperativo Sicredi. Em 13 dez. , as cooperativas do Paraná e do Rio Grande do Sul unem-se para fortalecer o Banco Cooperativo Sicredi, tornando-o, assim, um banco interestadual; Integração da Cocecrer - MT ao Sicredi, atual Central Sicredi MT.
1996	Integração da Cocecrer - MT ao Sicredi, atual Central Sicredi MT.
1997	Em 19 ago., iniciam-se as atividades do Banco Cooperativo Sicredi em Curitiba/PR.
1997	Integração da Cocecrer - MS ao Sicredi, atual Central Sicredi Brasil Central.
1998	Constituída a Alcred Central - SP, atual Central Sicredi SP.
1999	O Banco Cooperativo Sicredi é autorizado a realizar operações de crédito rural com encargos equalizados pelo Tesouro Nacional.
2000	Constituídas a Confederação Sicredi (objetivo de prestar serviços ao Sistema e entidades conveniadas) e a Corretora de Seguros Sicredi Ltda. Em 30 nov., o Conselho Monetário Nacional aprova a resolução nº 2788/00, facultando aos bancos cooperativos a transformarem-se em bancos múltiplos.
2001	O Banco Cooperativo Sicredi concretiza sua participação na BC CARD - Administradora de Cartões dos Bancos Cooperativos Ltda.
2002	A Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos da Aliança Cooperativista do Estado de São Paulo - ALCRED Central-SP (atual Central Sicredi SP) e suas filiadas passam a integrar o Sicredi. Assim, inicia a operação do Sicredi em São Paulo.
2002	Em 28 dez., o cooperativismo de crédito comemora o centenário da cooperativa de crédito de Nova Petrópolis e é inaugurado o monumento "A Força do Cooperativismo", em Nova Petrópolis/RS.
2003	Em 25 jun., o CMN aprova a Resolução nº 3.106/03, que permite a livre admissão de associados às cooperativas de crédito; Em 26 jun., o Sicredi inicia suas atividades em Santa Catarina.
2003	Em 26 de junho, o Sicredi inicia suas atividades em Santa Catarina.
2004	Constituição da Administradora de Bens Sicredi Ltda.
2005	Início das atividades do Sicredi em Goiás, Tocantins, Pará e Rondônia.
2005	Constituídas a Fundação Sicredi e a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.
2006	O Banco Cooperativo Sicredi, adquire as quotas de participação do Bancoob na BC Card. Com esta transação, a empresa passa a ter a seguinte razão social: Administradora de Cartões Sicredi Ltda.
2008	Aprovação do Projeto de Reestruturação Organizacional e de Governança do Sicredi, principal condutor para realização dos projetos apresentados a seguir.
2008	A Sicredi Participações S.A, foi constituída em 10 out. 2008.
2009	Nova Petrópolis recebe o título de Capital Nacional do Cooperativismo.
2010	O Sicredi firmou uma parceria com o Rabo Financial Institutions Development - RD, braço de desenvolvimento do grupo holandês RABOBANK.

Quadro 1 – Evolução histórica do Sistema Sicredi

Fonte: adaptado de SICREDI-b

O sistema Sicredi ao final de 2013 contabilizava os números de 2,5 milhões de associados em todo o País; presente em dez estados brasileiros; organizado em um sistema com 100 cooperativas de crédito filiadas; operando com uma rede de atendimento com 1.258 pontos; estruturado com quatro Centrais Regionais; uma Confederação; uma Fundação; um Banco Cooperativo, que controla uma Corretora de Seguros, uma Administradora de Cartões, uma Administradora de Consórcios e uma Administradora de Bens (SICREDI-c, p. 1).

3 METODOLOGIA

Sobre métodos de pesquisa, Richardson (2007, p.70) explica que:

Em sentido genérico, método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos. Esses procedimentos se aproximam dos seguidos pelo método científico que consiste em delimitar um problema, realizar observações e interpretá-las com base nas relações encontradas, fundamentando-se, se possível, nas teorias existentes.

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 12) “metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência”. Beuren et al (2010) descrevem que nessa seção, é necessário mostrar como o problema formulado e/ou as hipóteses se relacionam com cada uma das categorias, destacando-se as seguintes: quanto aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema.

3.1. Delineamento da pesquisa

Raupp e Beuren (2010, p.76) explicam que existem os delineamentos no processo metodológico, o qual tem um papel importante de articular planos e estruturas na pesquisa, “norteando o pesquisador na busca de uma resposta para determinado problema”. Sobre o conceito de delineamento, Kerlinger (1980, p.94 apud RAUPP e BEUREN, 2010, p.76) ressalta que “a palavra delineamento focaliza a maneira pela qual um problema de pesquisa é concebido e colocado em uma estrutura que se torna um guia para a experimentação, coleta de dados e análise”.

Para esclarecer a maneira de como os objetivos, procedimentos metodológicos e o problema de pesquisa são abordados, é apresentada a seguir, a explicação referente a esse conteúdo.

3.1.1 A pesquisa quanto aos objetivos

Com a proposta de elaborar uma demonstração do valor adicionado e analisar a evolução da distribuição da riqueza de uma cooperativa de crédito, a abordagem do estudo proposto, terá a abordagem descritiva, onde será realizada a análise e descrição dos dados coletados. Richardson et al. (2007, p.146), explica que a pesquisa descritiva possui “o propósito de fazer afirmações para descrever aspectos de uma população ou analisar a distribuição de determinadas características ou atributos”. Andrade (2002 apud RAUPP e BEUREN, 2010, p.81) complementa que “a pesquisa descritiva preocupa-se em observar

fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”.

3.1.2 A pesquisa quanto aos procedimentos

Na pesquisa científica, o procedimento trata da maneira como será realizada a coleta de dados. Para Raupp e Beuren (2010, p.83) “os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados”.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa foi bibliográfica, estudo de caso e documental. Para conhecer e analisar trabalhos já realizados sobre o tema, e também, referenciar teoricamente a pesquisa, primeiramente foi realizada a pesquisa bibliográfica. Sobre esse tipo de pesquisa, Cervo e Bervian (1983, p. 55 apud RAUPP e BEUREN, 2010, p.86) definem que:

explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Com objetivo de obter conhecimentos aprofundados sobre distribuição de riqueza em uma cooperativa de crédito que não se utiliza da DVA, o objeto da pesquisa foi concentrado em um único caso, assim, ainda quanto aos procedimentos da pesquisa, foi também através do estudo de caso. Sobre esse procedimento, Gil (1999, p. 73) ressalta que:

o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Raupp e Beuren (2010, p.84) complementam que “caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso. Esse estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico”, assim, espera-se obter conhecimentos aprofundados sobre o objeto do estudo.

As fontes de informações para construção da DVA da Cooperativa de Crédito Sicredi Centro-Sul MS foram as publicações oficiais dos balanços nos jornais, e demonstrações obtidas através de sistemas interno, assim, a pesquisa será também do tipo documental, sobre esse tipo de pesquisa, Raupp e Beuren (2010, p.89) explica que “visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor”.

3.1.3 A pesquisa quanto à abordagem do problema

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa será do tipo qualitativa e quantitativa. Para justificar a escolha pelas abordagens, primeiramente será apresentado os conceitos da abordagem quantitativa e qualitativa. Richardson (2007, p. 70) explica que a pesquisa quantitativa caracteriza-se:

pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informação, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Sobre a pesquisa qualitativa, Richardson (2007, p. 90) conceitua:

A pesquisa qualitativa pode ser qualificada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamento.

Pelo fato de a contabilidade ser uma ciência social, é bastante comum o uso da pesquisa qualitativa nas pesquisas científicas, Raupp e Beuren (2010, p.92) complementam que “apesar de a Contabilidade lidar intensamente com números, ela é uma ciência social, e não uma ciência exata como alguns poderiam pensar, o que justifica a relevância do uso da abordagem qualitativa”.

Após a exposição dos conceitos dos métodos quantitativos e qualitativos, é possível classificar a pesquisa quanto à abordagem do problema. Para responder a questão da pesquisa, foi utilizado o método quantitativo ao realizar análise estatística sobre a evolução do valor adicionado entre os anos de 2011 e 2013, com o uso de Planilhas Eletrônicas no Excel/2010, seguido de análise qualitativa detalhada sobre a distribuição da riqueza gerada pela cooperativa no mesmo período.

3.2. Objeto de estudo

O objeto de estudo da pesquisa foi uma cooperativa de crédito localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, denominada Sicredi Centro-Sul MS, filiada ao sistema de crédito cooperativo Sicredi.

3.2.1 Cooperativa de Crédito – Sicredi Centro-Sul MS

Segundo o Relatório Anual 2013 – Sicredi Centro-Sul MS (2013, p. 6), desde a fundação até o ano de 2013, os principais marcos da linha do tempo da Cooperativa Sicredi Centro-Sul MS podem ser descritos conforme Quadro 2:

ANO	ACONTECIMENTO	MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS
1989	Surgiam na região sul do estado três cooperativas de crédito	Dourados, Rio Brillhante e Caarapó
2001	Para melhorar a qualidade do serviço, as unidades resolveram se fundir e expandir os negócios, criando assim uma cooperativa maior e melhor estruturada. A Sicredi Centro-Sul MS ganhou força, com cinco unidades de atendimento.	Dourados, Rio Brillhante, Caarapó, Amambai e Laguna Carapã
2002	Inauguração de uma Unidade de Atendimento.	Novo Horizonte do Sul
2003	Inauguração de duas Unidades de Atendimento.	Naviraí e Nova Andradina
2004	Inauguração de uma Unidade de Atendimento.	Iguatemi
2006	Inauguração da Unidade de Atendimento Integração, segunda Unidade no município de Dourados.	Dourados
2007	A Cooperativa deixa de ser segmentada para se tornar uma Cooperativa de Crédito de Livre Admissão, aumentando as possibilidades de atuação e crescimento.	
2007	Inauguração de uma Unidade de Atendimento.	Nova Alvorada do Sul
2008	A cooperativa incorpora a Cooperativa Itaporã, que a partir de então, torna-se uma Unidade de Atendimento da Sicredi Centro-Sul MS.	Itaporã
2008	Inauguração de uma Unidade de Atendimento.	Ivinhema
2011	Inauguração de duas Unidades de Atendimento, sendo a Unidade de atendimento Água Boa, a terceira no município de Dourados.	Mundo Novo e Dourados
2012	A Sicredi Centro-Sul MS consolida a incorporação com a Sicredi Fronteira MS, somando quatro unidades de atendimento, passando a figurar entre as maiores e melhores cooperativas do país.	Ponta Porã, Aral Moreira, Coronel Sapucaia e Bela Vista
2013	O Sicredi inaugura a unidade de Deodópolis e também o primeiro Posto de Atendimento Avançado da cooperativa, localizado na Unigran, em Dourados.	Deodópolis e Dourados

Quadro 2 – Evolução histórica da Cooperativa de Crédito Sicredi Centro-Sul MS

Fonte: adaptado de Relatório Anual 2013 – Sicredi Centro-Sul MS

A Cooperativa Centro-Sul MS findou o exercício de 2013, presente em 18 cidades do Estado de Mato Grosso do Sul, são elas: Amambai, Aral Moreira, Bela Vista, Caarapó, Coronel Sapucaia, Deodópolis, Dourados, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Laguna Carapã, Mundo Novo, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Ponta Porã e Rio Brillhante.

Tabela 5 – Número de associados por Unidade de Atendimento

Unidade de Atendimento	Total de associados	Participação %
Amambaí	3.224	6,3%
Aral Moreira	1.194	2,3%
Bela Vista	1.340	2,6%
Caarapó	3.996	7,8%
Coronel Sapucaia	1.993	3,9%
Deodópolis	304	0,6%
Dourados - Água Boa	950	1,9%
Dourados – Centro	6.175	12,0%
Dourados – Integração	4.236	8,3%

Continua.

Continuação.

Unidade de Atendimento	Total de associados	Participação %
Iguatemi	1.660	3,2%
Itaporã	2.893	5,6%
Ivinhema	1.918	3,7%
Laguna Carapã	1.915	3,7%
Mundo Novo	660	1,3%
Naviraí	4.610	9,0%
Nova Alvorada do Sul	1.670	3,3%
Nova Andradina	2.652	5,2%
Novo Horizonte do Sul	1.546	3,0%
Ponta Porá	5.168	10,1%
Rio Brillhante	3.180	6,2%
Sicredi Centro-Sul MS	51.284	100,0%

Fonte: Sicredi Centro-Sul MS - RELATÓRIO ANUAL (2013, p.11)

Conforme Tabela 5, o total de associados no final de 2013 foi de 51.284, esses distribuídos em vinte unidades de atendimento e dezoito municípios, sendo que o município de Dourados conta com três unidades de atendimento.

Sobre os números da Cooperativa, segundo o Relatório Anual 2013 – Sicredi Centro-Sul MS (2013, p. 22), no ano de 2013 foi realizado R\$402,7 milhões em depósitos totais, R\$76,9 milhões em capital social, R\$510,7 milhões em operações de crédito um resultado de R\$31,1 milhões.

3.2.2 Procedimento e coleta de dados

Para esse procedimento, inicialmente foram coletadas as informações referente aos balanços publicados entre os anos de 2011 a 2013 da Cooperativa Sicredi Centro-Sul MS. A fonte de dados utilizada foi a documentação. Yin (2005) explica que os estudos de caso podem utilizar muitas fontes de evidências, porém, destaca seis fontes importantes: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observações participante e artefatos físicos.

A fonte de dados documentação, segundo Yin (2005,p. 112):

Esse tipo de informação pode assumir muitas formas e deve ser o objeto de planos explícitos da coleta de dados. Por exemplo, considere os seguintes documentos:

- cartas, memorandos e outros tipos de correspondências;
- agendas, avisos e minutas de reuniões, e outros relatórios escritos de eventos em geral;
- documentos administrativos – propostas, relatórios de avaliação e outros documentos internos;
- estudos ou avaliações formais do mesmo “local” sob estudo;
- recortes de jornais e outros artigos que aparecem na mídia de massa ou em informativos de determinadas comunidades.

Ainda sobre a fonte de coleta de dados documentação, Yin (2005) destaca os pontos fortes e pontos fracos dessa evidência:

FONTES	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
EVIDÊNCIAS DE DOCUMENTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - estável – pode ser revisada inúmeras vezes - discreta – não foi criada como resultado do estudo de caso - exata – contém nomes, referências e detalhes exatos de um evento - ampla cobertura – longo espaço de tempo, muitos eventos e muitos ambientes distintos 	<ul style="list-style-type: none"> - capacidade de recuperação – pode ser baixa - seletividade tendenciosa, se a coleta não estiver completa - relato de vieses – reflete as ideias preconcebidas (desconhecidas) do autor - acesso – pode ser deliberadamente negado

Quadro 3 – Evidência Documentação - Pontos fortes e pontos fracos

Fonte: adaptado de Yin (2005, p. 113)

Para a construção da DVA da Cooperativa Sicredi Centro-Sul MS, foram consultadas as Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP) dos anos de 2011, 2012 e 2013, conforme Anexo V e Anexo VI a esse trabalho e as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) dos anos de 2011, 2012, 2013 e primeiro semestre de 2014, disponíveis conforme Anexo VII e Anexo VIII a esse trabalho. Além disso, para obter informações de contas analíticas da DSP, foram consultadas informações de sistemas internos da Cooperativa.

3.2.2.1 Procedimentos utilizados antes da elaboração da DVA

Antes da elaboração da DVA da cooperativa Sicredi Centro-Sul MS, foram realizados os seguintes procedimentos:

- Pesquisa bibliográfica sobre a DVA e também sobre o Cooperativismo e Cooperativismos de Crédito e trabalhos já publicados com essa temática;
- Pesquisa por um modelo de DVA que apresentasse de forma adequada a distribuição do valor adicionado de uma cooperativa de crédito;
- Levantamento das informações contábeis, através das publicações em jornais dos anos de 2011, 2012 e 2013 da Cooperativa Sicredi Centro-Sul MS; e
- Levantamento de informações contábeis de contas analíticas (despesas de depreciação e despesas de alugueis) em sistema interno da Cooperativa Sicredi Centro-Sul MS.

3.2.2.2 Procedimentos utilizados durante a elaboração da DVA

Para a elaboração da DVA da cooperativa Sicredi Centro-Sul MS, foram adaptados modelos existentes de DVA, com objetivo de mensurar e expressar a realidade de uma

cooperativa de crédito. Conforme descrito no referencial teórico desse trabalho, não foi localizado nenhum modelo de DVA oficial utilizado para cooperativas de crédito. Dessa forma, para adaptação do modelo utilizado nessa pesquisa, foram analisados os modelos de DVA apresentados no Quadro 4.

FONTE	DESCRIÇÃO
CPC 09 (2008)	Modelo de DVA para Instituições Financeiras Bancárias. Disponível no Anexo II desse trabalho.
Santos, Gouveia, Vieira (2008)	Modelo de DVA para sociedades cooperativas. Disponível no Anexo III desse trabalho.
Denegate (2009)	Modelo de DVA para um estudo de caso de uma cooperativa de crédito. Disponível no Anexo IV desse trabalho.

Quadro 4 – Modelos de DVA pesquisados

Fonte: Dados da pesquisa

Após análise dos modelos de DVA, a base das informações utilizadas para elaboração de um modelo de DVA para uma cooperativa de crédito, primeiramente foi o modelo DVA para instituições financeiras bancárias, sugerido pelo CPC 09 (2008). Após, foram realizadas algumas adequações nesse modelo, principalmente na parte de distribuição do valor adicionado, tendo como base as sugestões de Santos, Gouveia, Vieira (2008) e também Denegate (2009). Dessa forma, após as adequações, o modelo de DVA utilizado no trabalho, é apresentado conforme Quadro 5.

	Em Milhares	Análise Vertical	Análise Horizontal
DESCRIÇÃO	Ano	AV%	AH%
1 – RECEITAS			
1.1) Intermediação Financeira			
1.2) Prestação de Serviços			
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)			
1.4) Outras receitas operacionais			
1.5) Outras receitas não operacionais			
2- DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
3.1 Despesas administrativas			
3.2 Despesas operacionais			
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)			
5 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO			
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)			
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)			
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
9.1) Pessoal			
9.2) Impostos, taxas e contribuições			

Continua.

Continuação.

9.2) Impostos, taxas e contribuições			
9.2.1 Despesas Tributárias			
9.2.2 IR e CSLL			
9.3) Remuneração de capitais de terceiros			
9.3.1 – Aluguéis			
9.4) Remuneração de Capitais Próprios			
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio			
9.4.2 - Sobras distribuídas aos associados			
9.5) Sobras e lucros retidos			
9.5.1 - Constituição de FATES			
9.5.2 - Constituição de outras reservas			

Quadro 5 – Modelo de DVA adaptado

Fonte: Dados da pesquisa

Para elaboração da DVA, as informações foram retiradas da Demonstração de Sobras e Perdas (DSP) dos anos de 2011, 2012, 2013 e também da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) da Cooperativa dos anos de 2011, 2012, 2013 e primeiro semestre de 2014 publicadas nos jornais semestralmente. Para maior riqueza na construção da DVA, as contas de depreciação e alugueis, que estavam dentro de contas de despesas administrativas, foram obtidas através da DSP analítica, conforme informações de sistemas internos da cooperativa.

Na Cooperativa Sicredi Centro-Sul MS, objeto de estudo desse trabalho, a destinação das sobras apuradas no período é decidida na Assembleia Geral Ordinária (AGO), no ano subsequente ao fechamento do exercício, geralmente no mês de abril. Por esse motivo, para elaboração da pesquisa, foi fundamental a consulta na DMPL, pois apenas através dessa demonstração, foi possível apurar a destinação das sobras. Para maior esclarecimento sobre a elaboração da DVA, o Quadro 6 discrimina a demonstração contábil, DSP ou DMPL origem, e a respectiva conta contábil de destino para elaboração da DVA. O Quadro 6 também apresenta a descrição que cada conta representa.

DEMONSTRAÇÃO / CONTA ORIGEM	CONTA DESTINO – DVA	DESCRIÇÃO
1 – RECEITAS		
DSP - Ingressos e receitas da intermediação financeira	1.1) Intermediação Financeira	Inclui receitas com operações de crédito, arrendamento mercantil, resultado de cambio, títulos e valores mobiliários e outros.
DSP - Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços + Rendas de Tarifas Bancárias	1.2) Prestação de Serviços	Inclui receitas com prestação de serviços (seguros, consórcios, cobrança, cartões, convênios, etc.) e receita com tarifas bancárias, que não seja a intermediação financeira.
DSP - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	Inclui os valores relativos a constituição / baixa de provisão para devedores duvidosos.
DSP - Outros Ingressos e Receitas Operacionais	1.4) Outras receitas operacionais	Inclui receitas com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados e aplicados junto a Cooperativa Central Brasil Central.
DSP - Resultado não operacional	1.5) Outras receitas não operacionais	Inclui valores obtidos através das atividades que não são principais da cooperativa, tais como ganhos e perdas na baixa de imobilizado, entre outros.
Operações de Captação no Mercado + Operações de Empréstimos e Repasses	2- DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	Inclui as despesas com captação de recursos (depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas), empréstimos, arrendamento mercantil, repasses, entre outros.
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
DSP - Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Subtraído das contas de depreciação e alugueis) *	3.1 Despesas administrativas	Inclui despesas de água, energia, gás, despesas de material, despesa de serviço de terceiros, despesas de comunicação, entre outros.
DSP - Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	3.2 Despesas operacionais	Inclui despesas com o rateio das despesas da Confederação Sicredi, da Cooperativa Central Brasil Central, ao valor de contribuição à Sicredi Fundos Garantidores, entre outros.
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
DSP - Depreciação (Retirado de DSP detalhada) **	5 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	Inclui valores de depreciação.
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
DMPL - Saldo de Incorporação	7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	Inclui valores referentes ao resultado obtido pela Cooperativa Sicredi Fronteira MS, incorporada no ano de 2012.

Continua.

Continuação.

8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
DSP - Dispêndios e Despesas de Pessoal	9.1) Pessoal	Inclui os valores referentes aos honorários dos dirigentes, conselheiros, salários dos colaboradores, hora extras, benefícios como 13º salário, férias, participação no resultado, depósitos de FGTS, entre outros.
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
DSP - Dispêndios e Despesas Tributárias	9.2.1 Despesas Tributárias	Inclui os valores referentes as despesas tributarias municipais e estaduais.
DSP - Provisão para Imposto de Renda + Provisão para Contribuição Social	9.2.2 IR e CSLL	O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
DSP - Despesas De Aluguéis (Retirado da DSP detalhada) **	9.3.1 – Aluguéis	Inclui despesas referentes a pagamento de alugueis.
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
DMPL - Juros sobre o Capital Próprio	9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio	Inclui o valor referente ao pagamento dos juros ao capital, na forma de cotas capital.
DMPL - Distribuição de sobras para associados + Outras destinações	9.4.2 - Distribuição de sobras para associados	Inclui os valores referente ao resultado da Cooperativa após as destinações. As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).
9.5) Sobras e lucros retidos		
DMPL - FATES - ato não cooperativo + FATES – estatutário	9.5.1 - Constituição de FATES	Inclui os valores referente ao FATES 5% - prestação de assistência aos associados, e seus familiares, aos colaboradores da cooperativa conforme Lei nº 5.764/71. e também FATES ato não cooperativo – Fundo de Assistência técnica, educacional e social, provindos das receitas de ato não cooperativo.
DMPL - Reserva legal (estatutária) + Reserva Legal (Recuperação de Prejuízo) + Reserva Legal (Ganhos de Capital) + Destinações para reservas	9.5.2 - Constituição de outras reservas	Inclui valores destinados a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

Quadro 6 – A origem e o destino das informações para construção da DVA

Fonte: Dados da pesquisa.

3.2.2.3 Figura da Pesquisa

A seguir, é apresentada a Figura 1, que, de forma resumida, apresenta os passos que foram realizados para a elaboração e a análise da DVA, proposta pelo estudo:

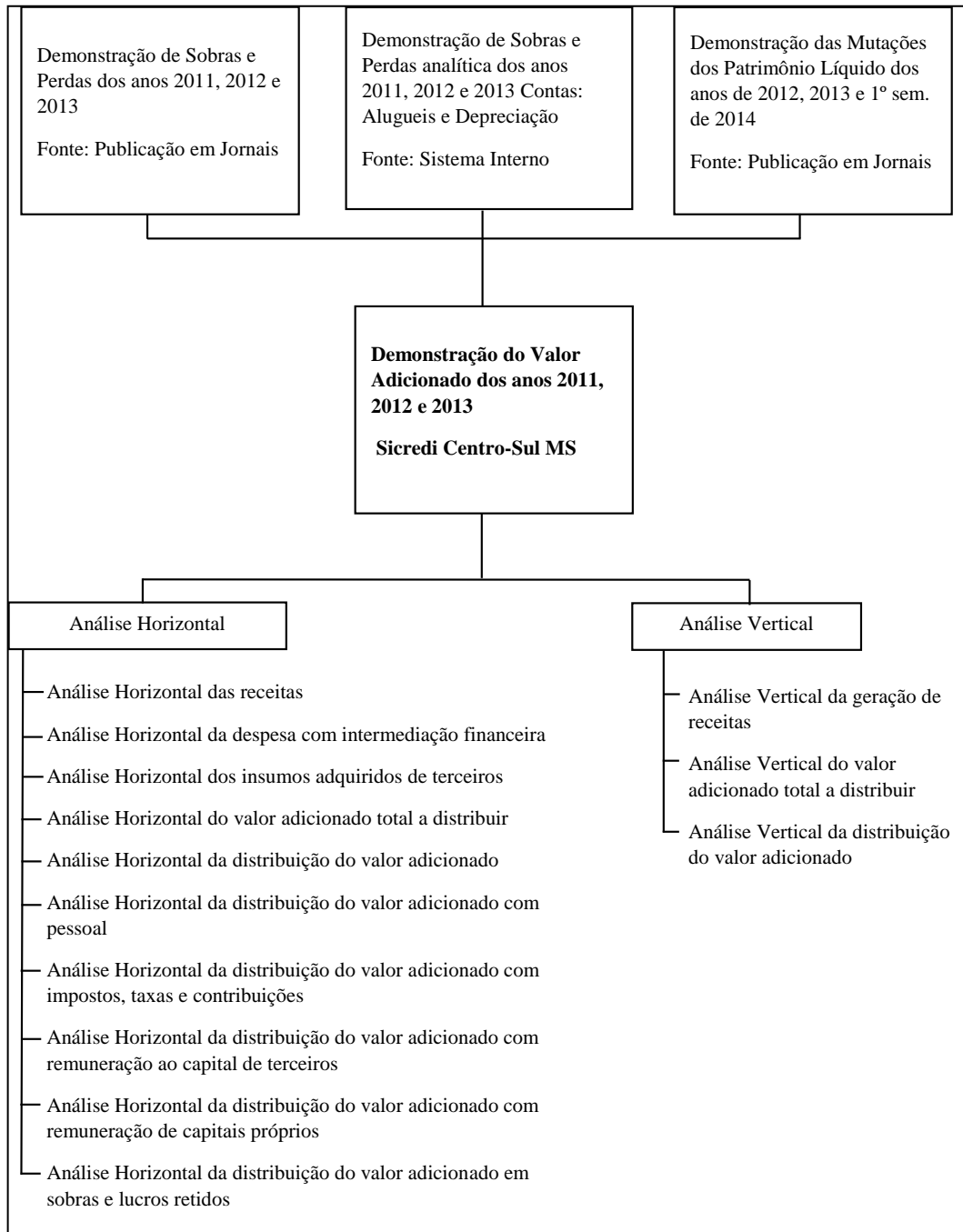


Figura 1 – Passos para elaboração da Pesquisa

Fonte: Autor

Uma vez explicados os aspectos metodológicos e como foram colhidos e observados os dados, o próximo capítulo do trabalho descreverá os achados da pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Com base na DVA elaborada, este capítulo tem o propósito de analisar a geração e distribuição da riqueza e, através da análise vertical e análise horizontal, analisar a evolução dos indicadores no período pesquisado. Um fato relevante deve ser observado ao realizar a análise e discussão dos dados obtidos, conforme Quadro 2, no ano de 2012, a Sicredi Centro-Sul MS consolidou a incorporação com a Sicredi Fronteira MS, somando quatro unidades de atendimento, esse fato, pode impactar na evolução dos indicadores, principalmente na análise horizontal.

A seguir, serão apresentados os aspectos relativos aos dados obtidos e tratados para elaboração da DVA. Primeiramente foi elaborada a DVA, com dados obtidos através da DSP e DMPL da Cooperativa Sicredi Centro-Sul MS, após a elaboração, foram realizadas análises verticais, com objetivo de analisar a proporção que cada conta representa na constituição das receitas, e também a proporção da distribuição do valor adicionado entre os diversos agentes econômicos. Para complementar, foram realizadas análise horizontais, com o propósito de analisar a evolução dos indicadores de geração e distribuição do valor adicionado no período de 2011 a 2013.

4.1 DVA da Cooperativa Sicredi Centro-Sul MS

Com base no modelo proposto pelo Quadro 5, é apresentada a seguir, a DVA da Cooperativa Sicredi Centro-Sul MS nos anos de 2011, 2012 e 2013, com as respectivas análises: vertical e horizontal.

Tabela 6 – DVA Sicredi Centro-Sul MS

DESCRIÇÃO	Em Milhares		Em Milhares			Em Milhares		
	2011	AV%	2012	AV%	AH%	2013	AV%	AH%
1 – RECEITAS	66.359	100%	86.957	100%	31,04%	114.293	100%	72,23%
1.1) Intermediação Financeira	41.018	61,81%	60.701	69,81%	47,99%	83.196	72,79%	102,83%
1.2) Prestação de Serviços	9.898	14,92%	14.960	17,20%	51,14%	18.350	16,06%	85,39%
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	-5.173	-7,80%	-9.473	-10,89%	83,12%	-10.261	- 8,98%	98,36%
1.4) Outras receitas operacionais	20.659	31,13%	20.616	23,71%	-0,21%	22.788	19,94%	10,31%
1.5) Outras receitas não operacionais	-43	-0,06%	153	0,18%	-	220	0,19%	-
2- DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.641	29,60%	20.951	24,09%	6,67%	25.802	22,58%	31,37%
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	18.350	27,65%	23.381	26,89%	27,42%	29.521	25,83%	60,88%
3.1 Despesas administrativas	8.288	12,49%	12.466	14,34%	50,41%	15.177	13,28%	83,12%
3.2 Despesas operacionais	10.062	15,16%	10.915	12,55%	8,48%	14.344	12,55%	42,56%
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	28.368	42,75%	42.625	49,02%	50,26%	58.970	51,60%	107,88%
5 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	693	1,04%	919	1,06%	32,61%	1.073	0,94%	54,83%
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	27.675	41,70%	41.706	47,96%	50,70%	57.897	50,66%	109,20%
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-	1.339	1,54%	-	-	-	-
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	27.675	41,70%	43.045	49,50%	55,54%	57.897	50,66%	109,20%
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *	27.675	100%	43.045	100%	55,54%	57.897	100%	109,20%
9.1) Pessoal	11.169	40,36%	18.307	42,53%	63,91%	23.199	40,07%	107,71%
9.2) Impostos, taxas e contribuições	773	2,79%	1.634	3,80%	111,38%	1.968	3,40%	154,59%
9.2.1 Despesas Tributárias	207	0,75%	364	0,85%	75,85%	434	0,75%	109,66%
9.2.2 IR e CSLL	566	2,05%	1.270	2,95%	124,38%	1.534	2,65%	171,02%
9.3) Remuneração de capitais de terceiros	678	2,45%	1.175	2,73%	73,30%	1.621	2,80%	139,09%
9.3.1 – Aluguéis	678	2,45%	1.175	2,73%	73,30%	1.621	2,80%	139,09%
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	7.583	27,40%	11.045	25,66%	45,65%	15.974	27,59%	110,66%
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio	2.943	10,63%	3.515	8,17%	19,44%	5.558	9,60%	88,85%
9.4.2 - Sobras distribuídas aos associados	4.640	16,77%	7.530	17,49%	62,28%	10.416	17,99%	124,48%
9.5) Sobras e lucros retidos	7.472	27,00%	10.884	25,29%	45,66%	15.135	26,14%	102,56%
9.5.1 - Constituição de FATES	606	2,19%	935	2,17%	54,29%	1.513	2,61%	149,67%
9.5.2 - Constituição de outras reservas	6.866	24,81%	9.949	23,11%	44,90%	13.622	23,53%	98,40%

Fonte: Dados da pesquisa.

4.1.1 Discussão sobre a Análise Vertical

Com objetivo de analisar a representatividade de cada conta em relação ao total, foram realizadas análises verticais da DVA sobre as contas de receita e também sobre as contas de distribuição do valor adicionado.

4.1.1.1 Análise Vertical da geração de receitas

Através da análise vertical da geração de receitas no período analisado, foi possível identificar que a receita de intermediação financeira, responsável pela maior fatia da receita da cooperativa, representava a proporção de 61,81% em 2011, no ano de 2012 passou a representar 69,81% e por fim, em 2013 evoluiu para a proporção de 72,79% das receitas. Nesse mesmo período, as outras receitas operacionais, mantiveram o segundo lugar em geração de receitas, porém, com uma diminuição na proporção, passando de 31,13% em 2011 para 19,94% em 2013. Por fim, a receita com prestação de serviços evoluiu de 14,92% em 2011, para a proporção de 16,06% em 2013, conforme Figura 2.

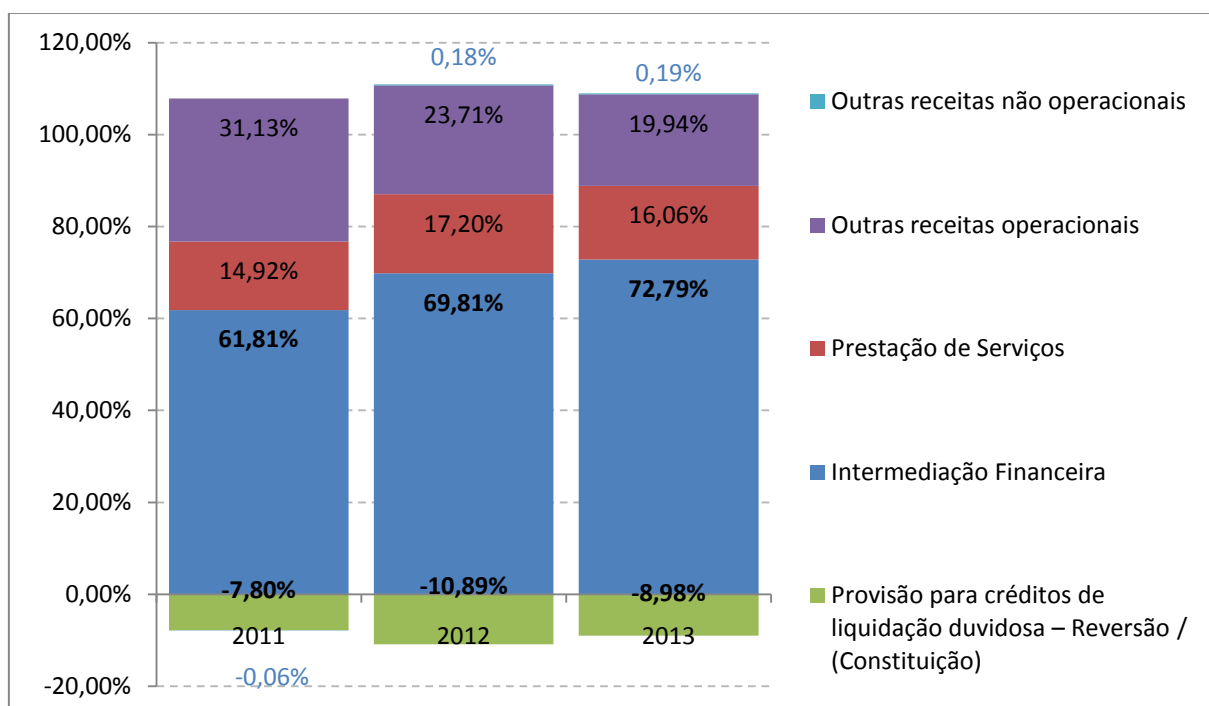


Figura 2 – Análise Vertical – Geração de receitas da Sicredi Centro-Sul MS

Fonte: Dados da pesquisa

Ainda na Figura 2, é possível analisar que a conta de provisão para devedores duvidosos impactava -7,8% na receita em 2011, evoluiu para -10,89% em 2012 e no ano de 2013 fechou em -8,98%, diminuindo a proporção ao analisar com o ano de 2012, porém, apresenta uma maior proporção se comparando com o ano de 2011.

4.1.1.2 Análise Vertical do valor adicionado total a distribuir

A Figura 3 apresenta a proporção do valor adicionado total a distribuir em relação às receitas geradas pela cooperativa Sicredi Centro-Sul MS entre os anos de 2011 a 2013.

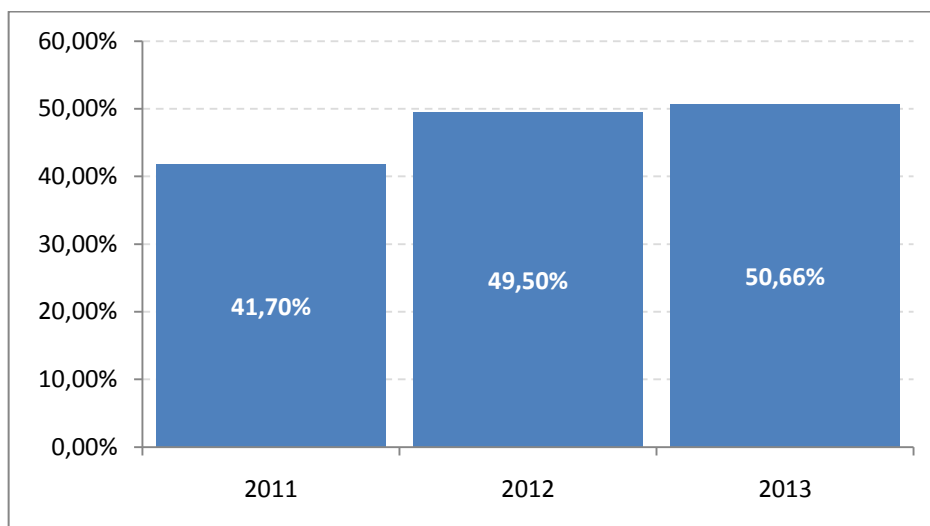


Figura 3 – Análise Vertical – Proporção do valor adicionado total a distribuir sobre as receitas da Sicredi Centro-Sul MS

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo Santos (2007), essa análise possibilita analisar quanto cada receita gerada, transformou-se em riqueza pela empresa em determinado período. Nesse sentido, nota-se entre 2011 e 2013, uma evolução nessa proporção. Em 2011, 41,70% das receitas geradas transformaram-se em riqueza, em 2012 esse índice subiu para 49,50% e em 2013 passou para 50,66%.

4.1.1.3 Análise Vertical da distribuição do valor adicionado

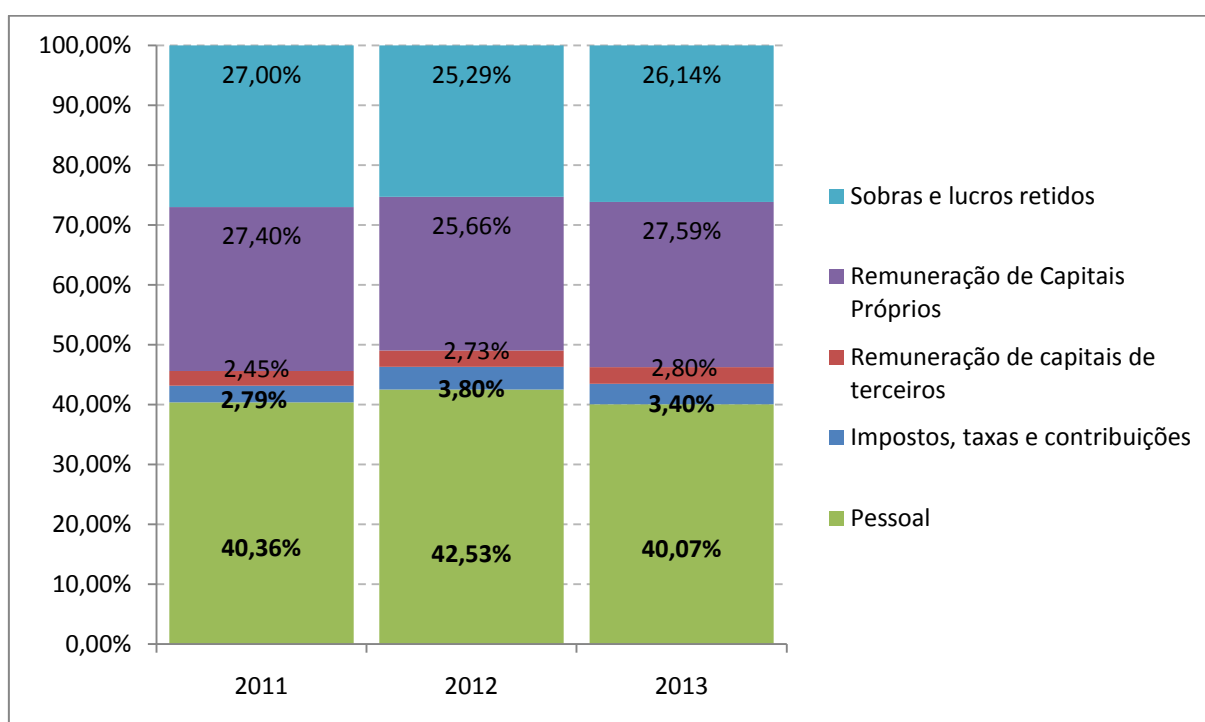
Através da Tabela 7, é possível analisar que a maior parcela da distribuição da riqueza gerada pela cooperativa Sicredi Centro-Sul MS é para a conta pessoal, onde estão incluídos valores referentes aos honorários dos colaboradores, dirigentes, conselheiros e benefícios, essa conta, em 2011 era proporcional a 40,36% da riqueza distribuída, passando para 42,53% em 2012 e retornando a casa dos 40,07% em 2013. A remuneração de capital próprio, foi o segundo maior destino da riqueza gerada pela cooperativa no período analisado, passou de 27,40% em 2011 para 27,59% no ano de 2013. As sobras retidas pela cooperativa para formação de reservas, ficou em terceiro lugar, representando 27% em 2011, e passando para 26,14% em 2013, conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição do valor adicionado da Sicredi Centro-Sul MS

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2011	2012	2013
Pessoal	40,36%	42,53%	40,07%
Impostos, taxas e contribuições	2,79%	3,80%	3,40%
Remuneração de capitais de terceiros	2,45%	2,73%	2,80%
Remuneração de Capitais Próprios	27,40%	25,66%	27,59%
Sobras e lucros retidos	27,00%	25,29%	26,14%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Para melhor visualização, é apresentada a Figura 4, com informações relativas à distribuição do valor adicionado pela cooperativa Sicredi Centro-Sul MS no período de 2011 a 2013.

**Figura 4 – Análise Vertical – Distribuição do valor adicionado da Sicredi Centro-Sul MS**

Fonte: Dados da pesquisa

Com base na Figura 4, é possível analisar que a distribuição da riqueza com remuneração de capitais de terceiros e a conta de impostos, taxas e contribuições, apresentaram menor peso na distribuição do valor adicionado no período, a conta impostos, taxas e contribuições passou de 2,79% em 2011, passando para 3,40% em 2013 e a conta remuneração de capitais de terceiros, passou de 2,45% em 2011, para 2,80% em 2013.

4.1.2 Discussão sobre a Análise Horizontal

Para analisar a evolução das contas entre os anos de 2011 a 2013, foram realizadas análises horizontais da DVA. A seguir, serão apresentadas as análises realizadas sobre a evolução da receita, despesa de intermediação financeira, insumos adquiridos de terceiros, valor adicionado total a distribuir, distribuição do valor adicionado com pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros, remuneração de capitais próprios e sobras e lucros retidos.

4.1.2.1 Análise Horizontal das receitas

Através da análise horizontal, é possível analisar que a cooperativa Sicredi Centro-Sul MS, em receitas totais, apresentou uma evolução de 72,23% no período de 2011 a 2013, sendo que no ano de 2011, o volume de receitas representava cerca de R\$ 66 milhões e no ano de 2013 evoluiu para mais de R\$114 milhões, conforme apresentado na Figura 5.

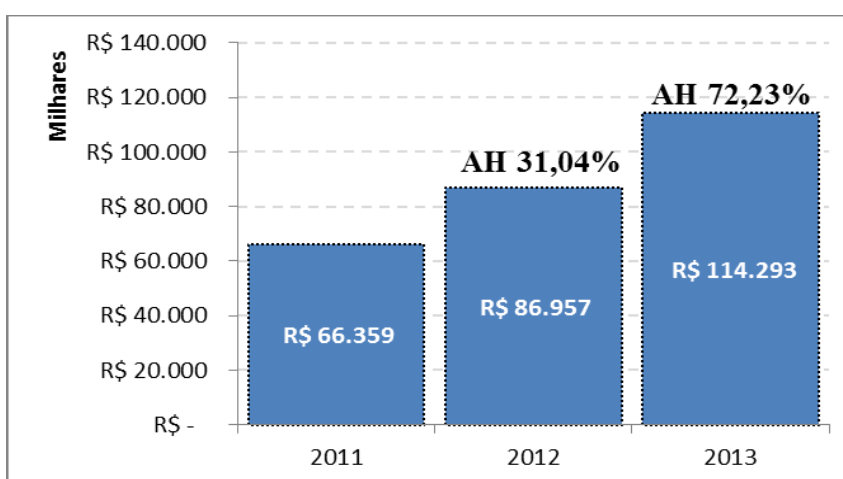


Figura 5 – Análise Horizontal – Evolução das receitas da Sicredi Centro-Sul MS
Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à análise horizontal das contas de receitas, a evolução percentual na Tabela 8, demonstra que a maior evolução ocorreu na receita de intermediação financeira.

Tabela 8 – Análise horizontal das receitas da Sicredi Centro-Sul MS

ANÁLISE HORIZONTAL DAS RECEITAS	2012	2013
Intermediação Financeira	47,99%	102,83%
Prestação de Serviços	51,14%	85,39%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	83,12%	98,36%
Outras receitas operacionais	-0,21%	10,31%
RECEITAS	31,04%	72,23%

Fonte: Dados da pesquisa

Nesse mesmo período, a evolução da receita com prestação de serviços evoluiu 85,39%, enquanto outras receitas operacionais evoluíram 10,31% e a provisão para créditos de liquidação duvidosa evoluiu 98,36%, conforme Tabela 8.

4.1.2.2 Análise Horizontal da despesa com intermediação financeira

Entre os anos de 2011 a 2013, as despesas financeiras apresentaram uma evolução de 31,37% na cooperativa Sicredi Centro-Sul MS, passou R\$19,64 milhões em 2011 para R\$25,8 milhões em 2013, conforme Figura 6.

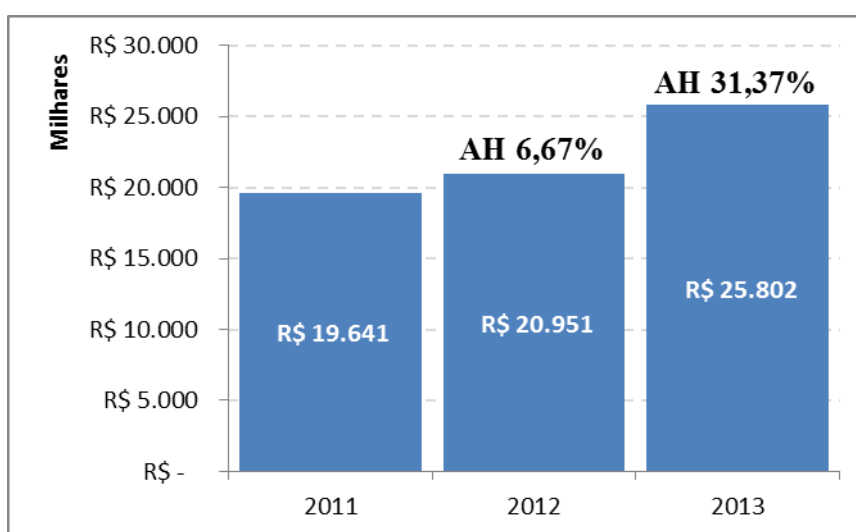


Figura 6 – Análise Horizontal – Evolução da despesa com intermediação financeira da Sicredi Centro-Sul MS

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se através da Tabela 8 e da Figura 6, que a receita financeira apresentou uma evolução de 102,83% enquanto as despesas com intermediação financeira apresentaram uma evolução de 31,37% no mesmo período analisado.

4.1.2.3 Análise Horizontal dos insumos adquiridos de terceiros

Os insumos adquiridos de terceiros apresentaram evolução de 60,88% no período analisado, passando de R\$18,35 milhões em 2011 para R\$29,52 milhões em 2013.

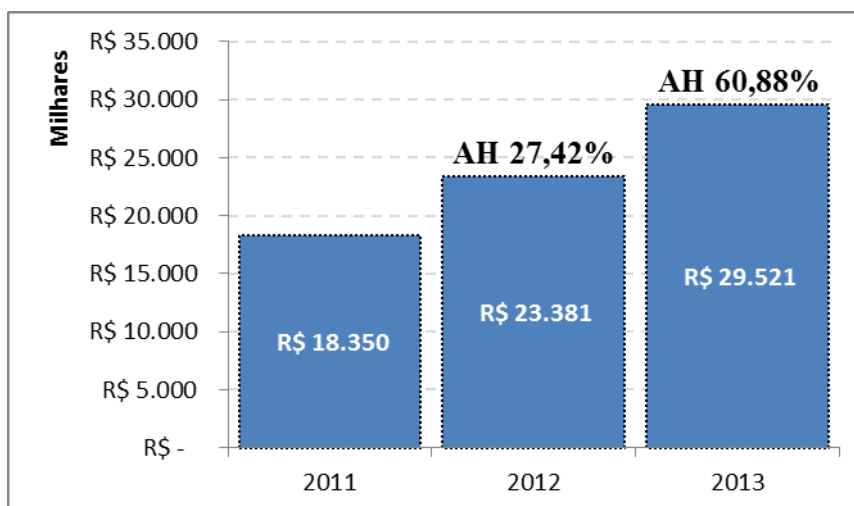


Figura 7 – Análise Horizontal – Evolução dos insumos adquiridos de terceiros da Sicredi Centro-Sul MS

Fonte: Dados da pesquisa

Ao comparar a evolução através da análise horizontal da conta de receitas e a conta de insumos adquiridos de terceiros, nota-se que entre os anos de 2011 e 2013, a conta receitas apresentou uma maior evolução, de 72,23%, enquanto a conta de insumos adquiridos de terceiros evoluiu no mesmo período 60,88%.

4.1.2.4 Análise Horizontal do valor adicionado total a distribuir

O valor adicionado total a distribuir pela cooperativa Sicredi Centro-Sul MS em 2011 foi de R\$27,67 milhões em 2011, em 2012 passou para R\$43,04 milhões e no ano 2013 fechou com R\$57,89 milhões, apresentando uma evolução através da análise horizontal de 55,54% em 2012 e 109,20% em 2013, conforme demonstrado na Figura 8.

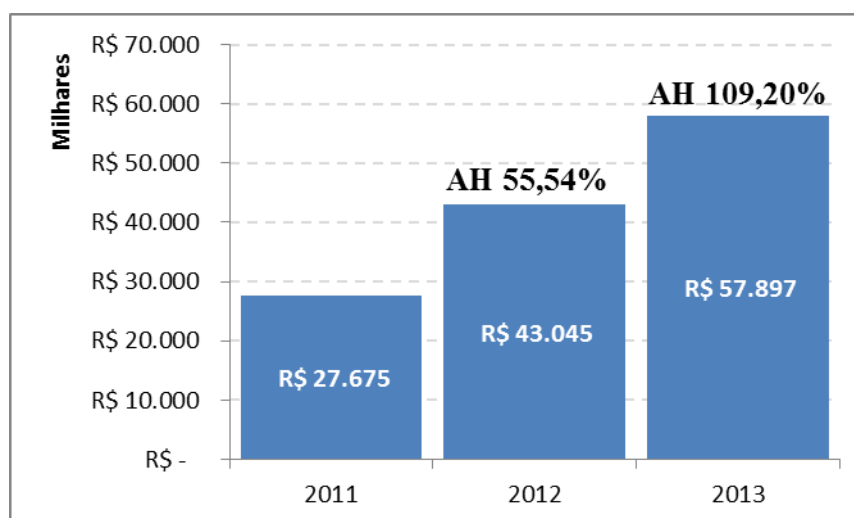


Figura 8 – Análise Horizontal – Evolução do valor adicionado total a distribuir da Sicredi Centro-Sul MS

Fonte: Dados da pesquisa

A seguir, serão apresentados os aspectos relativos a evolução da distribuição do valor adicionado na cooperativa Sicredi Centro-Sul MS no período de 2011 a 2013.

4.1.2.5 Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado

O valor adicionado na cooperativa Sicredi Centro-Sul MS foi distribuído entre as contas de pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros, remuneração de capitais próprios e sobras e lucros retidos. A seguir, será apresentada a evolução do valor adicionado entre os devidos agentes econômicos.

4.1.2.5.1 Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado com pessoal

Na Figura 9, é apresentado a evolução da distribuição da riqueza com pessoal, entre os anos de 2011 a 2013.

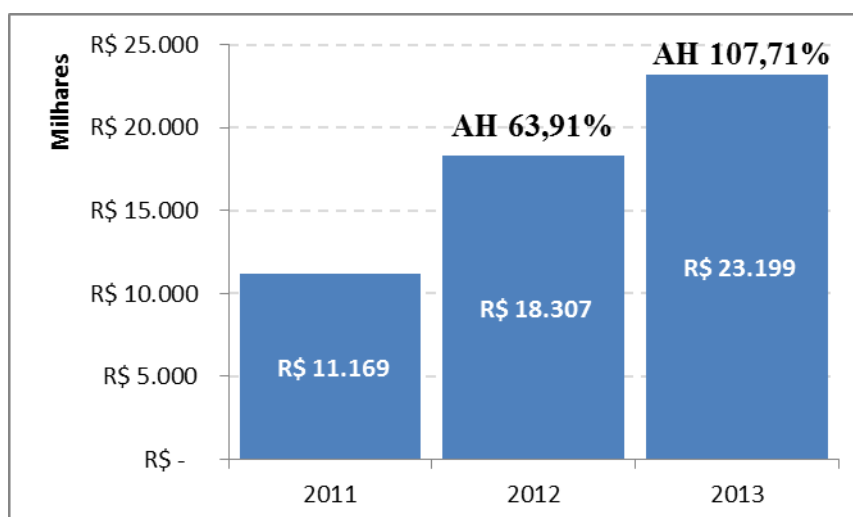


Figura 9 – Análise Horizontal – Evolução da distribuição do valor adicionado com pessoal da Sicredi Centro-Sul MS

Fonte: Dados da pesquisa

A proporção da riqueza distribuída com pessoal, passou de R\$11,16 milhões em 2011 para R\$18,30 milhões em 2012 e fechou o ano de 2013 em 23,19 milhões. Nesse período, nota-se uma evolução de 107,71% no valor distribuído com pessoal.

4.1.2.5.2 Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado com impostos, taxas e contribuições

Na Figura 10, é apresentado a evolução da distribuição de do valor adicionado com impostos, taxas e contribuições.

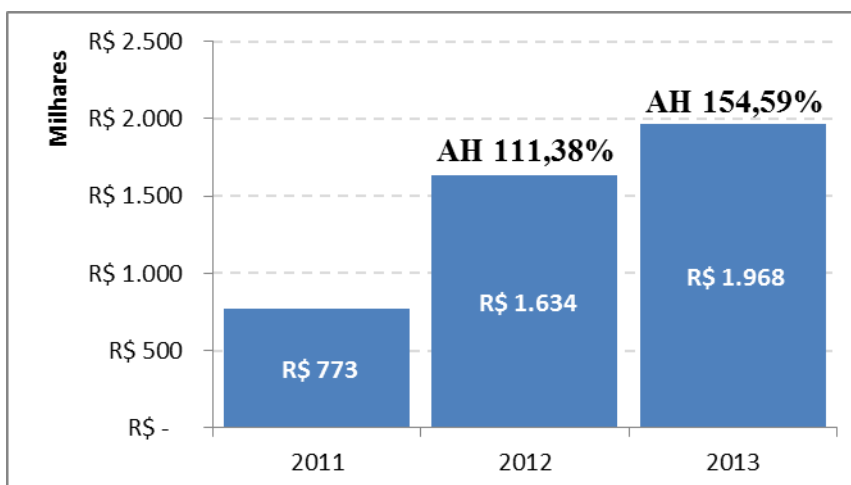


Figura 10 – Análise Horizontal – Evolução da distribuição do valor adicionado com impostos, taxas e contribuições da Sicredi Centro-Sul MS

Fonte: Dados da pesquisa

Entre os anos de 2011 e 2013, essa conta apresentou uma evolução 154,59%, passando de R\$773 mil em 2011 para 1,96 milhões em 2013, conforme Figura 10.

4.1.2.5.3 Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado com remuneração ao capital de terceiros

Na Figura 11, é apresentada a evolução na distribuição do valor adicionado com remuneração de capitais de terceiros. A conta remuneração de capitais de terceiros, no presente estudo, é representada exclusivamente pelas despesas com alugueis da cooperativa Sicredi Centro-Sul MS.

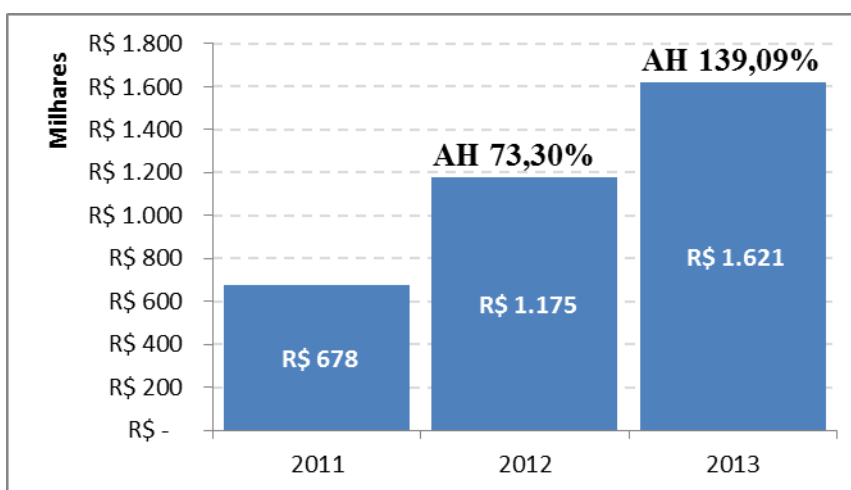


Figura 11 – Análise Horizontal – Evolução da distribuição do valor adicionado com remuneração de capital de terceiros da Sicredi Centro-Sul MS

Fonte: Dados da pesquisa

Entre os anos de 2011 a 2013, nota-se que houve uma evolução de 139,09% na conta de remuneração de capital de terceiros, passando de R\$678 mil em 2011 para R\$1,62 milhões em 2013. Esse fato pode ter sido influenciado pela incorporação da Sicredi Fronteira em 2012 e também pela abertura de novas Unidades de Atendimento no período analisado.

4.1.2.5.3 Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado com remuneração de capitais próprios

A conta de remuneração de capitais próprios tem o objetivo de evidenciar o capital que retorna aos donos da entidade, nesse caso, os associados da cooperativa Sicredi Centro-Sul MS, a remuneração de capitais próprios é realizada através do pagamento dos juros sobre o capital próprio e através da distribuição das sobras, em conta corrente ou em capital social. Na Figura 12, é apresentada a evolução da distribuição do valor adicionado em forma de remuneração sobre o capital próprio.

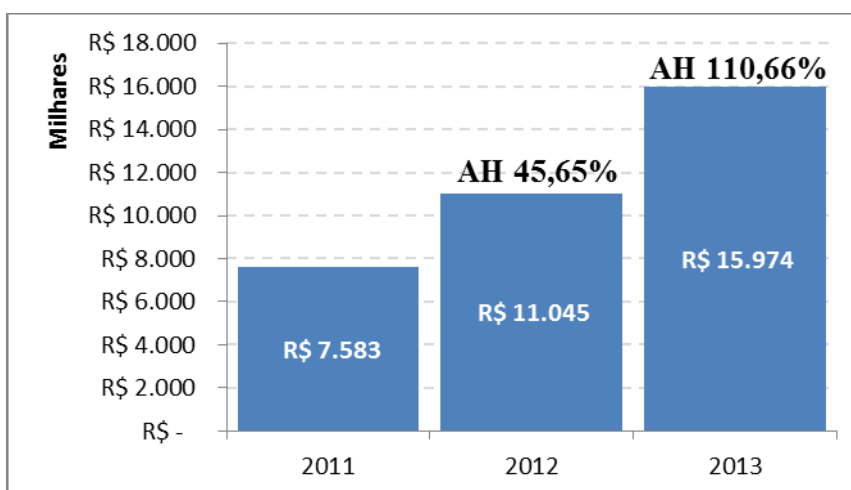


Figura 12 – Análise Horizontal – Evolução da distribuição do valor adicionado com remuneração de capitais próprios da Sicredi Centro-Sul MS

Fonte: Dados da pesquisa

A distribuição da riqueza gerada pela cooperativa Sicredi Centro-Sul MS em forma de remuneração aos capitais próprios entre os anos de 2011 a 2013, apresentou uma evolução de 110,66%, sendo que no ano de 2011, apresentou o saldo de R\$7,58 milhões, em 2012 R\$11,45 milhões e fechou o ano de 2013 com o valor de R\$15,97 milhões, conforme Figura 12.

4.1.2.5.3 Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado em sobras e lucros retidos

Conforme Quadro 6, a conta sobras e lucros retidos, contempla as contas de FATES e reservas legais, sendo indispensável a sua existência para o crescimento sólido das cooperativas. Nesse sentido, a Figura 13, demonstra a evolução da distribuição do valor adicionado para a conta de sobras e lucros retidos.

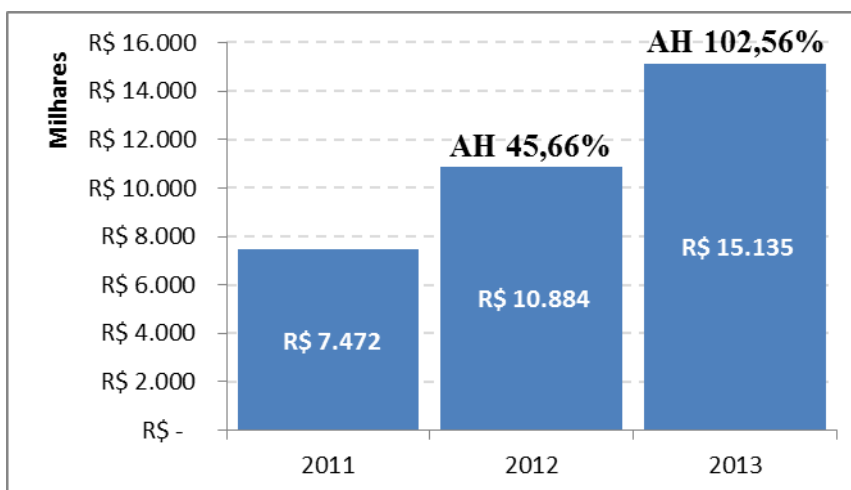


Figura 13– Análise Horizontal – Evolução da distribuição do valor adicionado com sobras e lucros retidos na Sicredi Centro-Sul MS

Fonte: Dados da pesquisa

A parcela da distribuição do valor adicionado destinada sobras e lucros retidos na cooperativa Sicredi Centro-Sul MS evoluiu entre os anos de 2011 a 2013 em 102,56%, passando de R\$7,47 milhões em 2011, para R\$10,88 milhões em 2012 e fechando em R\$15,13 milhões em 2013.

Para sintetizar a análise horizontal da distribuição do valor adicionado da cooperativa Sicredi Centro-Sul MS, na Tabela 9, é apresentada a evolução percentual de nos anos de 2012 e 2013.

Tabela 9 – Análise Horizontal da distribuição do valor adicionado da Sicredi Centro-Sul MS

ANÁLISE HORIZONTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2012	2013
Pessoal	63,91%	107,71%
Impostos, taxas e contribuições	111,38%	154,59%
Remuneração de capitais de terceiros	73,30%	139,09%
Remuneração de Capitais Próprios	45,65%	110,66%
Sobras e lucros retidos	45,66%	102,56%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	55,54%	109,20%

Fonte: Dados da pesquisa

Através da análise horizontal, nota-se que em todas as contas, houve uma evolução positiva na distribuição do valor adicionado entre os anos de 2011 a 2013, sendo que de forma

geral, a cooperativa Sicredi Centro-Sul MS apresentou em 2013 uma evolução de 109,2%, com base nos valores realizados no ano de 2011.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo principal, elaborar uma DVA de uma cooperativa de crédito para analisar a forma que a riqueza gerada está sendo distribuída. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre a DVA e cooperativismo para nortear a pesquisa.

Através da pesquisa de estudo de caso, foi possível analisar o destino da distribuição do valor adicionado de uma cooperativa de crédito. Mesmo sem a obrigação de publicação dessa informação, ela pode ser muito útil para as sociedades cooperativas do ramo crédito, além de maior transparência, através da DVA, as cooperativas podem evidenciar para os associados, colaboradores, diretoria e toda comunidade como está sendo distribuída a riqueza gerada. Através da elaboração da DVA, foi possível analisar que grande parte da riqueza gerada é distribuída aos colaboradores, fortalecendo a economia local, e ainda, outra grande fatia retorna aos associados em forma de remuneração de capitais próprios.

Durante a pesquisa, foi constatado que não existe um modelo específico de DVA para cooperativas e cooperativas do ramo crédito, com isso, através da pesquisa foi adequado os modelos existentes de DVA, para melhor entendimento da distribuição do valor adicionado de uma cooperativa de crédito.

Após as análises verticais da DVA, foi observada entre os anos de 2011 e 2013, a grande participação da receita de intermediação financeira, nas receitas totais da cooperativa, isso se deve em grande parte pela forte atuação no ramo de crédito, sendo que em 2013 a proporção foi de 72,79% das receitas totais.

Entre os anos de 2011 e 2013 a cooperativa apresentou maior eficiência em transformar receitas em riqueza gerada. Em 2011, 41,70% das receitas geradas transformaram-se em riqueza, em 2012 esse índice subiu para 49,50% e em 2013 passou para 50,66%.

Através da análise vertical da distribuição do valor adicionado, foi possível identificar que entre os anos de 2011 e 2013, a maior parcela da distribuição das riquezas foi para a conta pessoal, onde estão incluídos valores referentes aos honorários dos colaboradores, dirigentes, conselheiros e também benefícios, representando a proporção de 40,36% da riqueza distribuída em 2011, passando para 42,53% em 2012 e fechando com 40,07% em 2013. Outra conta que merece destaque é a distribuição do valor adicionado em forma de remuneração de capitais próprios, no caso da cooperativa, os beneficiários dessas contas são os associados, que ao mesmo exercem a função de consumidores dos produtos e serviços, e também exercem o papel de donos do negócio. Essa conta foi o segundo maior destino da distribuição da

riqueza gerada pela cooperativa, em 2011 foi de 27,40%, no ano de 2012, 25,66% e em 2013 a proporção foi de 27,59%.

As sobras e os lucros retidos, foram o terceiro maior destino das riquezas geradas, no ano de 2011 foi de 27%, em 2012 a proporção foi de 25,66% e em 2013 de 27,59%. A parte da distribuição do valor adicionado em impostos, taxas e contribuições, em 2011 foi equivalente a 2,79%, em 2012 de 3,80% e em 2013 de 3,40%, a razão pela proporção ser inferior aos demais, pode ser pelo fato, da não incidência de Contribuição Social e Imposto de Renda sobre o ato cooperativo. A proporção de capitais de terceiros, em 2011, representava 2,45% sobre a riqueza distribuída, evoluiu para 2,73% em 2012 e em 2013 fechou em 2,80%.

Ao realizar a análise horizontal das receitas, foi possível observar que a cooperativa Sicredi Centro-Sul MS, apresentou uma evolução de 72,23% no período de 2011 a 2013, sendo que no ano de 2011, o volume de receitas representava cerca de R\$ 66 milhões e no ano de 2013 evoluiu para mais de R\$114 milhões. Já os insumos adquiridos de terceiros apresentaram evolução de 60,88% no período analisado, passando de R\$18,35 milhões em 2011 para R\$29,52 milhões em 2013. Ao comparar a evolução através da análise horizontal da conta de receitas e a conta de insumos adquiridos de terceiros, nota-se que entre os anos de 2011 e 2013, a conta receitas apresentou uma maior evolução, de 72,23%, enquanto a conta de insumos adquiridos de terceiros evoluiu no mesmo período 60,88%.

O valor adicionado total a distribuir pela cooperativa Sicredi Centro-Sul MS em 2011 foi de R\$27,67 milhões em 2011, em 2012 passou para R\$43,45 milhões e no ano 2013 fechou com R\$57,89 milhões, apresentando uma evolução através da análise horizontal de 55,54% em 2012 e 109,20% em 2013. Nesse sentido, em todas as contas, pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros, remuneração de capitais próprios e sobras e lucros retidos houveram uma evolução positiva na distribuição do valor adicionado entre os anos de 2011 a 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACI-a. Aliança Cooperativa Internacional. Disponível em: <<http://ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

ASHLEY, P. A. **Ética e Responsabilidade Social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BEUREN, I. M., A. A. (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010

BACEN-a. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsDenorCosif:dvDenorCosif>> . Acesso em 17 jun. 2014.

BACEN-b. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COOPERATIVASFAQ>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

BNDES. **Balanco social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa**. Relato Setorial nº 2, Março 2000. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/social02.pdf> . Acesso em 21 abr. 2014.

BRASIL, Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Brasília-DF, 17 abr. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp130.htm>. Acesso em: 20 abr. 2014.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira. **Cooperativa/Conteúdo e texto versão original**. Brasília: SEBRAE, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 00 - Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em 21 abr. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado**. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf> . Acesso em 21 abr. 2014.

CUNHA, J. V. A. et al. **A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza**. Revista Contabilidade e Finanças. São Paulo, n 37 p. 7-23, 01-04/2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v16n37/v16n37a01.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

DALMÁCIO, F. Z; Rangel L. L; Silvania, N.N. **A demonstração do valor adicionado sob uma nova perspectiva**. VIII Fórum de Estudantes e Profissionais de Contabilidade do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=http://xa.yimg.com/kq/groups/24045166/2118025700/name/prod_67_a_dva.pdf&sa=U&ei=rINkU6-dJbTJsQs-jIDAAQ&ved=0CBsQFjAA&usg=AFQjCNGOiMDW21BziZS9613b07uWQNxQEA>. Acesso em: 20 abr. 2014.

Denegate, Rafaela Jacomel. **Análise da demonstração do valor adicionado: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito**. Disponível em: <http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110913225239.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2014.

Fagundes, Jair Antonio; et al. **A Demonstração do Valor Adicionado – DVA como fonte de informações gerenciais**: Um estudo em uma cooperativa de crédito. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos92009/150.pdf>>. Acesso em 21 abr. 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas. 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; et al. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 1 ed., São Paulo: Atlas, 2010.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

MACHADO, Marcia Reis. et al. **A relação entre setor econômico e investimentos sociais e ambientais**. Disponível em: <http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/256/pdf_142> . Acesso em: 21 abr. 2014.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 3 ed., São Paulo: Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços – Abordagem Básica e Gerencial**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2008.

MEINEN, Ênio; PORT, Marcio. **O Cooperativismo de Crédito, ontem, hoje e amanhã**. Brasília: CONFEBRAS, 2012.

OCB-a. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

OCB-b. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

OCB-c. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

OCB-d. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/ramos/index.asp>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

OCB-e. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro___2011.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2014.

OCB-f. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp>. Acesso em 19 jun. 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 8 ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

RICHARDSON, Jarry Roberto et al. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3 ed., São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: Como analisar e elaborar a DVA. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das sociedades cooperativas**: aspectos gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008.

SICREDI-a. Disponível em: <http://www.sicredi.com.br/conheca_cooperativismo_credito.html>. Acesso em: 19 jun. 2014.

SICREDI-b. Disponível em:

<http://www.sicredi.com.br/websitesicredi/sicredi/psmlId/14?documentId=31215666&prevEntryId=P_10f53a75e4f_10002&menuId=14&paneSelected=2&psmlToBack=103&viewPortletTitle=false&idxMaxNavHistory=1&timemilis=1403202678373>. Acesso em: 19 jun. 2014.

SICREDI-c. Disponível em:

<http://www.sicredi.com.br/sitenovo/pdfs/pdfs_demonstracoes_financeiras/df_combinado_sicredi_dez_2013.pdf>. Acesso em 22 jun. 2014.

SICREDI-d. Disponível em: <<http://www.sicredi.com.br/sitenovo/conheca.html#conheca-estrutura-box>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

SICREDI, Centro-Sul MS. Relatório Anual 2013.

SICREDI, Centro-Sul MS. Resultados financeiros 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. trad. Daniel Grassi. 3. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE I - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA ACADÊMICO CIENTÍFICA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA



SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA

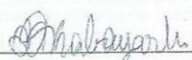
Nome da empresa	COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO CENTRO SUL DO MATO GROSSO DO SUL - SICREDI CENTRO-SUL MS
Responsável	Fabio Jose Wolski de Almeida – Diretor Executivo

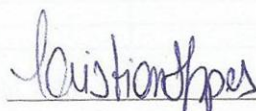
Através do presente instrumento, solicitamos do Diretor Executivo Sr. Fabio José Wolski de Almeida, autorização para realização e publicação da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do acadêmico Mauricio Okabayashi, orientado pela Professora Cristiane Mallmann Hupples, tendo como título Sicredi Centro-Sul MS: elaboração e análise da Demonstração do Valor Adicionado nos anos de 2011 a 2013.

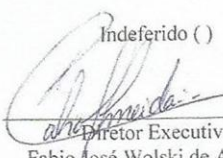
A coleta de dados será feita através das demonstrações contábeis Demonstração de Sobras e Perdas – DSP e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, divulgadas semestralmente nos jornais pela Cooperativa Sicredi Centro-Sul MS.

A presente atividade é requisito para a conclusão do curso de Ciências Contábeis, da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE, mantida pela Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. A pesquisa será disponibilizada através da base de dados em formato PDF para fins de leitura e/ou impressão através da internet.

Dourados, 09 de Setembro de 2014.


Acadêmico
Mauricio Okabayashi


Professora Orientadora
Cristiane Mallmann Hupples

Deferido <input checked="" type="checkbox"/>
Indeferido <input type="checkbox"/>
 Diretor Executivo Fabio José Wolski de Almeida
<i>Fábio José Wolski de Almeida</i> Diretor Executivo

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – EMPRESAS EM GERAL

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20x1	Em milhares de reais 20x0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado o Valor Adicionado (2008, p. 16)

ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20x1	Em milhares de reais 20x0
1 – RECEITAS		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

O total do item 9 deve ser exatamente igual ao item 8.

Fonte: Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado o Valor Adicionado (2008, p. 18)

ANEXO III - Modelo de DVA Para Sociedades Cooperativas

DESCRIÇÃO	
1. Ingresso e Receitas	
1.1. Ingressos brutos	
1.2. Venda de mercadorias, Produtos e serviços	
1.3. Provisão para devedores duvidosos – R= Reversão/(constituição)	
1.4. Não operacionais	
2. Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	
2.1. Matérias-primas consumidas	
2.2. Dispendios e custo dos produtos e serviços vendido	
2.3. Dispendio e despesas gerais de manutenção e outros	
2.4. Perda/Recuperação de valores ativos	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4. Retenções	
4.1. Depreciação, amortização e exaustão	
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6. Valor adicionado recebido em transferências	
6.1. Resultado de equivalência patrimonial	
6.2. Receitas financeiras	
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1. Pessoal e encargos	
Salários e encargos	
Honorários da diretoria	
Capacitação Profissional	
8.2. Impostos, taxas e contribuições	
Federais	
Estaduais	
Municipais	
8.3. Financiadores	
Juros	
Aluguéis	
8.4. Juros sobre o capital próprio e distribuição de sobras	
8.5. Sobras e lucros retidos	
Constituição de RATES	
Constituição de outras reservas	
Sobras à disposição da AGO	

Fonte: Santos, Gouveia, Vieira (2008, p. 26)

ANEXO IV - MODELO DE DVA ADAPTADO

DESCRIÇÃO	Em Milhares		Em Milhares		AH%
	X0	AV%	X1	AV%	
1 - RECEITAS	R\$ -	100	R\$ -	100	0
1.1) Intermediação financeira	R\$ -	0	R\$ -	0	0
1.2) Prestação de serviços	R\$ -	0	R\$ -	0	0
1.3) Receitas operacionais	R\$ -	0	R\$ -	0	0
1.4) Outras receitas não operacionais	R\$ -	0	R\$ -	0	0
2 - CUSTO (INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA)	R\$ -	0	R\$ -	0	0
2.1) Intermediação financeira	R\$ -	0	R\$ -	0	0
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	R\$ -	0	R\$ -	0	0
4 - DESPESAS	R\$ -	0	R\$ -	0	0
4.1) Despesas Administrativa	R\$ -	0	R\$ -	0	0
4.2) Despesas Operacionais	R\$ -	0	R\$ -	0	0
5 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	R\$ -	0	R\$ -	0	0
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	R\$ -	100	R\$ -	100	0
6.1) Funcionários	R\$ -	0	R\$ -	0	0
6.2) Governo	R\$ -	0	R\$ -	0	0
6.2.1 Despesas Tributárias	R\$ -	0	R\$ -	0	0
6.2.2 IR e CSLL	R\$ -	0	R\$ -	0	0
6.3) Distribuição de sobras ou prejuízos	R\$ -	0	R\$ -	0	0
6.3.1 Juros sobre o capital próprio	R\$ -	0	R\$ -	0	0
6.3.1 Fates ato não cooperativo	R\$ -	0	R\$ -	0	0
6.3.2 Fates 5%	R\$ -	0	R\$ -	0	0
6.3.3 Reserva Legal	R\$ -	0	R\$ -	0	0
6.3.4 Reserva Legal Adicional= 7%	R\$ -	0	R\$ -	0	0
6.3.5 Sobras a disposição da AGO	R\$ -	0	R\$ -	0	0

Fonte: Denegate (2009, p. 51)


ANEXO V - DEMOSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS DA COOPERATIVA SICREDI CENTRO-SUL MS NO ANO DE 2011

Descrição das Contas	01/07/2011 a 31/12/2011			01/01/2011 a 31/12/2011			01/01/2010 a 31/12/2010		
	Ata Cooperativa	Ata Não Cooperativa	Total	Ata Cooperativa	Ata Não Cooperativa	Total	Ata Cooperativa	Ata Não Cooperativa	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.884	70	21.954	40.846	72	41.018	34.081	11	34.092
Operações de Crédito	21.575	70	21.645	40.840	72	40.912	34.004	11	34.015
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	7	-	7	103	-	103	26	-	26
Resultado das Aplicações Computórias	2	-	2	3	-	3	1	-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(13.501)	(129)	(13.630)	(24.395)	(219)	(24.614)	(16.353)	(200)	(16.553)
Operações de Captação no Mercado	(8.144)	-	(8.144)	(15.542)	-	(15.542)	(8.612)	(15)	(8.627)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.992)	(129)	(2.121)	(3.880)	(219)	(4.099)	(3.095)	(184)	(3.279)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.365)	-	(3.365)	(5.173)	-	(5.173)	(4.646)	(1)	(4.647)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.083	(59)	8.024	16.351	(147)	16.204	17.728	(189)	17.489
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.227)	1.108	(119)	(2.479)	1.993	(486)	(9.363)	1.902	(8.051)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.580	2.063	3.643	2.886	3.834	6.820	2.252	3.005	5.337
Rendimentos de Tarifas Bancárias	1.641	2	1.643	3.075	3	3.078	2.144	2	2.146
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(5.326)	(297)	(5.623)	(10.654)	(515)	(11.169)	(8.572)	(477)	(9.049)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(4.199)	(966)	(5.165)	(8.002)	(1.657)	(9.659)	(7.136)	(1.310)	(8.446)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(8)	(103)	(111)	(16)	(191)	(207)	(18)	(154)	(170)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	-	176	176
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (NOTA 14)	10.250	622	10.872	19.870	789	20.659	10.166	1.053	11.219
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(5.165)	(213)	(5.378)	(9.732)	(330)	(10.062)	(8.901)	(393)	(9.294)
RESULTADO OPERACIONAL	6.856	1.049	7.905	13.872	1.786	15.658	7.715	1.713	9.428
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(55)	(10)	(65)	(47)	4	(43)	(141)	2	(139)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.801	1.039	7.840	13.825	1.790	15.615	7.574	1.715	9.289
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(282)	(282)	-	(566)	(566)	-	(505)	(505)
Provisão para Imposto de Renda	-	(188)	(188)	-	(340)	(340)	-	(307)	(307)
Provisão para Contribuição Social	-	(114)	(114)	-	(226)	(226)	-	(198)	(198)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.801	757	7.558	13.825	1.224	15.055	7.574	1.210	8.784
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	757	(757)	-	1.224	(1.224)	-	1.210	(1,210)	-
SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	7.558	-	7.558	15.055	-	15.055	8.784	-	8.784
DESTINAÇÕES	-	-	-	(8.599)	-	(8.599)	(5.868)	-	(5.868)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.943)	-	(2.943)	(2.665)	-	(2.665)
Fatos	-	-	-	(606)	-	(606)	(306)	-	(306)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(3.634)	-	(3.634)	(1.836)	-	(1.836)
Outras destinações - Reserva Legal complementar	-	-	-	(1.416)	-	(1.416)	(1.061)	-	(1.061)
SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO DA ADO	-	-	-	6.456	-	6.456	2.916	-	2.916

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Fonte: Jornal O Progresso, p. 7. 3/4 mar. 2012.

ANEXO VI - DEMOSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS DA COOPERATIVA SICREDI CENTRO-SUL MS NOS ANO DE 2012 E 2013

05 Dourados/MS, 21 de março 2014		CLASSIFICADOS/ ATOS							
		SICREDI CENT COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOC CNPJ/MF nº 26.40							
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO									
<p>As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis</p>									
<p>As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis</p>									
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS (Em milhares de Reais)									
Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05 01/07/2013 a 31/12/2013			Resolução CFC Nr.1.013/05 01/01/2013 a 31/12/2013			Resolução CFC Nr.1.013/05 01/01/2012 a 31/12/2012		
	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	44.345	1	44.346	83.194	2	83.196	60.399	302	60.701
Operações de Crédito	44.345	1	44.346	83.135	2	83.137	59.530	302	59.832
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	59	-	59	869	-	869
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(20.011)	(20.291)	(35.514)	(549)	(36.063)	(29.953)	(471)	(30.424)	(30.424)
Operações de Captação no Mercado	(9.745)	(11)	(9.756)	(16.489)	(11)	(16.500)	(13.834)	(4)	(13.838)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.216)	(269)	(4.485)	(8.764)	(538)	(9.302)	(6.646)	(467)	(7.113)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.050)	-	(6.050)	(10.261)	-	(10.261)	(9.473)	-	(9.473)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.334	(279)	24.055	47.680	(547)	47.133	30.446	(169)	30.277
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(9.792)	2.600	(7.192)	(19.289)	4.579	(14.710)	(12.036)	3.466	(8.570)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.048	4.105	7.153	5.605	7.320	12.925	4.477	5.923	10.400
Rendas de Tarifas Bancárias	2.778	1	2.779	5.424	1	5.425	4.545	15	4.560
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.505)	(729)	(12.234)	(21.862)	(1.337)	(23.199)	(17.145)	(1.162)	(18.307)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(8.209)	(1.369)	(9.578)	(15.297)	(2.574)	(17.871)	(12.124)	(2.436)	(14.560)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(28)	(206)	(234)	(66)	(368)	(434)	(64)	(300)	(364)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	11.882	1.137	13.019	20.621	2.167	22.788	18.627	1.989	20.616
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(7.758)	(339)	(8.097)	(13.714)	(630)	(14.344)	(10.352)	(563)	(10.915)
RESULTADO OPERACIONAL	14.542	2.321	16.863	28.391	4.032	32.423	18.410	3.297	21.707
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	254	(7)	247	227	(7)	220	84	69	153
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	14.796	2.314	17.110	28.618	4.025	32.643	18.494	3.366	21.860
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(882)	(882)	-	(1.534)	(1.534)	-	(1.270)	(1.270)
Provisão para Imposto de Renda	-	(533)	(533)	-	(933)	(933)	-	(770)	(770)
Provisão para Contribuição Social	-	(349)	(349)	-	(601)	(601)	-	(500)	(500)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	14.796	1.432	16.228	28.618	2.491	31.109	18.494	2.096	20.590
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.135	(2.135)	-	1.998	(1.998)	-
SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	14.796	1.432	16.228	30.753	356	31.109	20.492	98	20.590
DESTINAÇÕES	-	-	-	(15.708)	(356)	(16.064)	(10.954)	(98)	(11.052)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.558)	-	(5.558)	(3.515)	-	(3.515)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.157)	-	(1.157)	(837)	-	(837)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(356)	(356)	-	(98)	(98)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(6.944)	-	(6.944)	(5.020)	-	(5.020)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.763)	-	(1.763)	(1.582)	-	(1.582)
Reserva Legal - Ganhos de Capital	-	-	-	(286)	-	(286)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	15.045	-	15.045	9.538	-	9.538

Fonte: Jornal O Progresso, p. 4. 29 ago. 2014.

ANEXO VII - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA COOPERATIVA SICREDI CENTRO-SUL MS NO ANO DE 2011

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)				
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS				
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02				
	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2010	28.245	11.606	3.745	43.596
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras	1.982	909	(3.745)	(854)
Capital de associados				
Aumento de capital	3.272	-	-	3.272
Baixas de capital	(1.519)	-	-	(1.519)
Resultado do período	-	-	8.784	8.784
Destinações				
Destinação FATES - Estatutária	-	-	(306)	(306)
Destinações para Reserva Legal - Estatutária	-	1.836	(1.836)	-
Destinação Reserva Legal - complementar	-	1.061	(1.061)	-
Juros sobre o capital próprio	2.268	-	(2.665)	(397)
Saldos no fim do período em 31/12/2010	34.248	15.412	2.916	52.576
Mutações do Período	6.004	3.805	(828)	8.981
Saldos no início do período em 01/01/2011	34.248	15.412	2.916	52.576
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	2.037	-	(2.037)	-
Outras destinações	-	-	(879)	(879)
Capital de associados				
Aumento de capital	3.526	-	-	3.526
Baixas de capital	(1.250)	-	-	(1.250)
Resultado do período	-	-	15.055	15.055
Destinações				
Destinação FATES - Estatutária	-	-	(606)	(606)
Destinações para Reserva Legal - Estatutária	-	3.634	(3.634)	-
Juros sobre o capital próprio	2.481	-	(2.943)	(462)
Destinação Reserva Legal - complementar	-	1.416	(1.416)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2011	41.042	20.462	6.456	67.960
Mutações do Período	6.794	5.050	3.540	15.384
Saldos no início do período em 01/07/2011	36.921	15.412	7.497	59.830
Capital de associados				
Aumento de capital	2.043	-	-	2.043
Baixas de capital	(403)	-	-	(403)
Resultado do período	-	-	7.558	7.558
Destinações				
Destinação FATES - Estatutária	-	-	(606)	(606)
Destinações para Reserva Legal - Estatutária	-	3.634	(3.634)	-
Juros sobre o capital próprio	2.481	-	(2.943)	(462)
Destinação Reserva Legal - complementar	-	1.416	(1.416)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2011	41.042	20.462	6.456	67.960
Mutações do Período	4.121	5.050	(1.041)	8.129

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Fonte: Jornal O Progresso, p. 7. 3/4 mar. 2012.

**ANEXO VIII - DEMOSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DA COOPERATIVA SICREDI CENTRO-SUL MS NO ANO DE 2012 e 2013**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
(Em milhares de Reais)				
	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2012	41.042	20.461	6.456	67.959
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.235	-	(3.235)	-
Destinações para reservas	-	1.817	(1.817)	-
Outras destinações	17	-	(1.404)	(1.387)
Saldo de Incorporação	12.382	2.773	1.339	16.494
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.561	-	-	5.561
Baixas de capital	(1.279)	-	-	(1.279)
Resultado do período	-	-	20.590	20.590
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(837)	(837)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(98)	(98)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.020	(5.020)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.953	-	(3.515)	(562)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.582	(1.582)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2012	63.911	31.653	10.877	106.441
Mutações do Período	22.869	11.192	4.421	38.482
Saldos no início do período em 01/01/2013	63.911	31.653	10.877	106.441
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados - capital	5.245	-	(5.245)	-
Distribuição de sobras para associados - conta corrente	-	-	(2.230)	(2.230)
Destinações para reservas	-	3.347	(3.347)	-
Outras destinações	-	-	(55)	(55)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.547	-	-	5.547
Baixas de capital	(2.429)	-	-	(2.429)
Resultado do período	-	-	31.109	31.109
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.157)	(1.157)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(356)	(356)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.944	(6.944)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.688	-	(5.558)	(870)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.763	(1.763)	-
Reserva Legal - Ganhos de Capital	-	286	(286)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2013	76.962	43.993	15.045	136.000
Mutações do Período	13.051	12.340	4.168	29.559
Saldos no início do período em 01/07/2013	70.414	35.000	14.881	120.295
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.712	-	-	2.712
Baixas de capital	(852)	-	-	(852)
Resultado do período	-	-	16.228	16.228
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.157)	(1.157)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(356)	(356)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.944	(6.944)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.688	-	(5.558)	(870)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.763	(1.763)	-
Reserva Legal - Ganhos de Capital	-	286	(286)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2013	76.962	43.993	15.045	136.000
Mutações do Período	6.548	8.993	164	15.705

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Fonte: Jornal Diário MS, p. 4. 24 mar. 2014.

**ANEXO IX - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA
COOPERATIVA SICREDI CENTRO-SUL MS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2013
E 2014**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
(Em milhares de Reais)				
	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2013	63.911	31.653	10.877	106.441
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.245	-	(7.475)	(2.230)
Destinações para reservas	-	3.347	(3.347)	-
Outras destinações	-	-	(55)	(55)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.834	-	-	2.834
Baixas de capital	(1.576)	-	-	(1.576)
Resultado do período	-	-	14.881	14.881
Saldos no fim do período em 30/06/2013	70.414	35.000	14.881	120.295
Mutações do Período	6.503	3.347	4.004	13.854
Saldos no início do período em 01/01/2014	76.962	43.994	15.045	136.001
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	7.266	-	(10.359)	(3.093)
Destinações para reservas	-	4.629	(4.629)	-
Outras destinações	-	-	(57)	(57)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.290	-	-	2.290
Baixas de capital	(1.074)	-	-	(1.074)
Resultado do período	-	-	23.755	23.755
Saldos no fim do período em 30/06/2014	85.444	48.623	23.755	157.822
Mutações do Período	8.482	4.629	8.710	21.821

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Fonte: Jornal Diário MS, p. 4. 29 ago. 2014